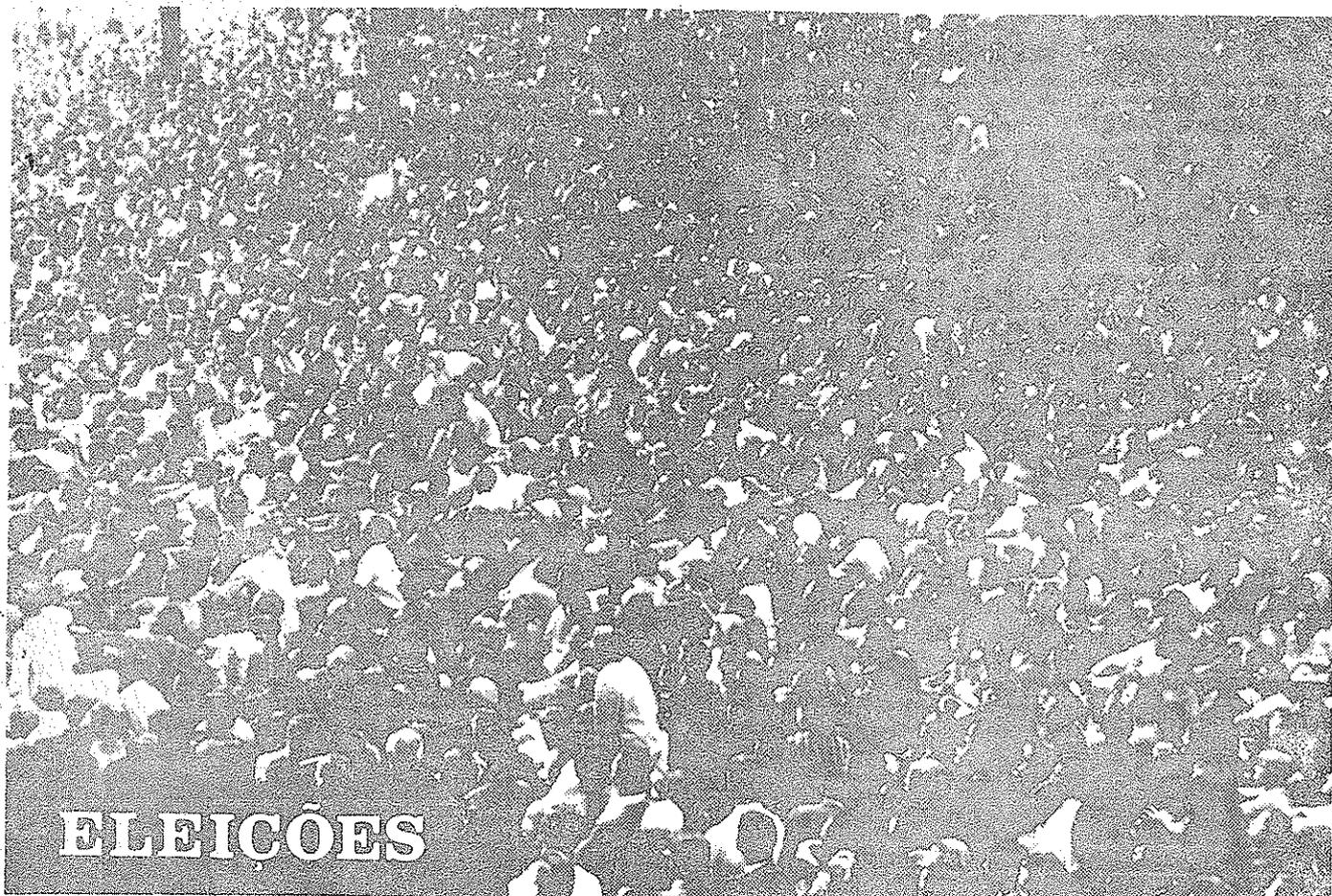


DEBATE 17

JANEIRO
75



ELEIÇÕES



QUESTÃO
FEMININA

(1) -- Porquê a ditadura realiza elei es?

Os interesses dominantes na economia e na sociedade brasileiras são os interesses da burguesia monopolista nacional e estrangeira. Mas o exercício direto do poder de Estado está nas mãos do Alto-Comando Militar. Ora, o Estado capitalista   não somente o instrumento de dominação da burguesia sobre o proletariado, a organização da violência que garante o domínio do Trabalho pelo Capital, mas igualmente o instrumento de composição e articulação dos interesses dos diferentes setores e camadas da classe dirigente e de seus aliados.   próprio de uma concepção metafísica do Estado considerar que a classe economicamente dominante encontra na organização existente do poder de Estado a expressão perfeita-mente acabada de seus interesses específicos. O materialismo histórico nos mostra -desde o 18 Brumário de Luis Bonaparte de Marx até os estudos contemporâneos sobre o fascismo e o nazismo- que a máquina estatal, com seu imenso corpo de funcionários, com a poderosa burocracia militar dispondo do monopólio dos meios de destruição e de coerção física, constitui um fator de poder que, no interior dos limites determinados pelo modo dominante de produção, pode agir como uma força relativamente aut noma. Isto significa que o grau de contr le que a classe economicamente dominante exerce sobre o poder de Estado depende de múltiplos fatores históricos, que exprimem uma determinada correlação de forças entre as diferentes classes da sociedade. Depende sobretudo do papel histórico que desempenha a classe economicamente dominante. Descrevendo no 18 Brumário a atitude da burguesia francesa diante das liberdades públicas e do sufrágio universal, Marx observa que "as armas que ela tinha forjado contra o feudalismo viravam-se agora contra ela": "todas as pretensas liberdades burguesas e instituições progressistas atacavam e ameaçavam sua dominação de classe, tanto em sua base social quanto em sua c pula política, e tinham portanto se tornado "socialistas". E acrescenta: "  medida que se desenvolvia a dominação de fato da burguesia, esta ia perdendo sua influência moral sobre as massas populares. O sufrágio universal tinha se pronunciado... nitidamente contra a burguesia. Esta respondeu proscrivendo o sufrágio universal".

Não se trata, evidentemente, de transpor mecanicamente uma análise da sociedade francesa em 1848-1852   sociedade brasileira de 1964-1975. São tão evidentes as diferenças entre ambas que parece desnecessário salientar que o interesse da comparação reside somente em por em evidência as condições históricas gerais em que se exerce a dominação de classe da burguesia. Quando ela não pode exercer diretamente o poder político através de seus representantes no Parlamento, isto é, quando o nível de consciência e de organização política das massas populares faz com que as liberdades públicas se tornem cada vez menos compatíveis com a preservação da dominação de classe da burguesia, esta não hesita em "taxar de heresia 'socialista' o que antes celebrara como 'liberal', reconhecendo assim que "para restabelecer a calma no país,   necessário antes de mais nada restabelecer a calma no seu próprio Parlamento burguês, e que, para conservar intacto seu poder social, lhe   necessário quebrar seu próprio poder político". Com efeito, "os burgueses são podem continuar a explorar as outras classes e a gozar tranquilamente da propriedade, da família, da religião e da ordem se sua classe for condenada ao mesmo nada político das outras classes". Para salvar a bolsa, conclui Marx, "a burguesia deve necessariamente perder sua coroa".

Perder sua coroa, isto é, abdicar do exercício direto do poder político através de seus representantes no Parlamento e de um poder Executivo a este subordinado. Todo o movimento histórico posterior, culminando no fenômeno do fascismo, mostrou que nas situações de crise os homens do Capital lançam mão ou se entendem, com os Mussolini, Hitler, Salazar, Franco, confiando-lhes o poder de Estado, afim de salvaguardar o essencial, sua posição de classe. Seria no entanto rebaixar a análise de Marx: ver nela tão somente a constatação de que a burguesia quando não pode exercer diretamente o poder político, exerce-o indiretamente através de um chefe fascista ou de um general torturador. Como são muitos os que reduzem o marxismo aos limites de sua própria estreiteza mental, não há de ser inútil frisar que no fascismo e na ditadura militar -como antes no bonapartismo- a burguesia "perde sua coroa", isto é, entrega o poder político a uma força socialmente heterogênea, embora politicamente comprometida com sua dominação econômica.

Se nos voltamos, à luz destas considerações, para o período histórico em que vivemos desde o golpe de 1964, constatamos antes de mais nada que a hegemonia da burguesia monopolista sobre a economia e a sociedade brasileira afirmou-se através da ditadura terrorista do Alto-Comando Militar. Esta é a significação histórica fundamental da ditadura militar terrorista: o aprofundamento das contradições de classe acompanhando a transformação monopolista do capitalismo no Brasil deu lugar a uma crise na qual se esfacelaram as instituições constitucionais burguesas, de maneira que a ordem necessária ao prosseguimento da acumulação monopolista supunha um regime político que estendesse a toda a sociedade a disciplina dos quartéis, o despotismo do uniforme. Compreende-se pois que os interesses dominantes na economia e na sociedade brasileira (os interesses ligados à acumulação monopolista) não encontrem sempre sua expressão política mais adequada na forma existente do poder de Estado (a ditadura terrorista do Alto-Comando Militar), posto que recorreram a esta em virtude do fracasso das instituições constitucionais burguesas que não mais asseguravam aos homens do Capital o "gozo tranquilo da propriedade, da família, da religião e da ordem". Com efeito, a elevação do nível de mobilização, organização e consciência das grandes massas populares, faz com que, cada vez mais, "o sufrágio universal se pronuncie contra a burguesia". Em 1964, ela suprimiu o sufrágio universal para o poder Executivo depondo o presidente legítimo e aclamando em seu lugar um dos generais do golpe vitorioso. E foi atrelando-se à cauda do cavalo de sucessivos generais que a burguesia monopolista, de golpe em golpe, impôs ao povo -aos operários e camponeses especialmente- os terríveis sacrifícios que serviram para "financiar" a acumulação do Capital, o consumo de luxo das classes dominantes, a pilhagem imperialista e os gastos do imenso e parasitário aparelho repressivo.

Percebe-se pois o acerto político e a justeza teórica de nossa definição do regime político brasileiro como ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios. Ela mostra a especificidade social do setor exercendo diretamente o poder político (a burocracia militar), a natureza terrorista do regime e os interesses econômicos a que serve (a acumulação monopolista). Mostra portanto que o problema do poder, para as classes dominantes consiste na adequação destes componentes heterogêneos ou, para usar a linguagem dos ideólogos do regime, na "preservação do binômio segurança-desenvolvimento" (entendamos: o binômio terrorismo de Estado-dominação dos monopólios).

Ao perguntarmos pois porque a ditadura realiza eleições estamos colocando uma dupla questão : que fatores, na articulação complexa dos interesses dominantes fazem com que a forma efetiva de exercício do poder de Estado (o terrorismo militar) se combine à persistência, ainda que puramente ideológica, de instituições constitucionais burguesas, e neste contexto, qual a significação política precisa da homenagem hipócrita que o terrorismo militar presta ao princípio da soberania popular expressa no voto.

A burguesia monopolista se torna apreensiva sempre que, tendo abdicado do controle direto do Executivo, sente que o "liberalismo econômico" está ameaçado. Ela teme que a importância crescente do setor estatizado da economia venha a ameaçar o princípio da propriedade privada capitalista dos grandes meios de produção. Donde as críticas que fazem os porta-vozes do capital monopolista à "tendência estatizante" de certos setores do regime. Mais precisamente, a burguesia monopolista teme a formação de um bloco nacional-burguês constituído pelas correntes nacionalistas (moderadas ou de direita) da burocracia militar e pelos setores da burguesia ligados ao mercado interno ou ameaçados pela concorrência dos monopólios estrangeiros, aos quais poderiam se somar as aspirações nacionalistas de diferentes camadas da população. Este bloco, apoiando-se no setor estatizado da economia, poderia por em questão as vantagens e privilégios que os grandes monopólios tiram da dependência financeira e diplomática do Brasil diante do sistema imperialista, especialmente dos Estados Unidos. Setores relativamente importantes da burguesia protestam contra a "desnacionalização da economia". A ditadura do Alto-Comando Militar poderá tornar-se mais sensível a estas aspirações da fração nacionalista das classes dominantes, tratando de neutralizá-las através de medidas parciais tais como a diversificação do comércio exterior e das fontes de financiamento externo e a definição de uma política externa menos subordinada aos Estados Unidos. Os recentes sucessos do nacionalismo burguês e mesmo popular em numerosos países da América Latina, a crise do capitalismo internacional e o constante fortalecimento do campo socialista criam condições favoráveis a esta evolução possível. Daí a inquietude dos agentes dos monopólios estrangeiros bem como dos setores da burguesia associados a estes monopólios e à alta finança imperialista. Se hoje eles se mostram favoráveis à pretensa "descompressão" é por considerarem que uma distribuição mais larga do poder político entre os diferentes setores, grupos e camadas das classes dominantes evitará mudanças bruscas na orientação do regime. A persistência da ideologia e de formas institucionais da constitucionalidade burguesa significa pois fundamentalmente que o capital monopolista se recusa a dar carta branca ao Alto-Comando Militar e vê na preservação simbólica do Parlamento uma espécie de letra de câmbio sobre o controle do poder político, e uma câmara de compensação onde se podem aplacar descontentamentos de camadas e setores menos favorecidos das classes dominantes. O próprio Alto-Comando sabe, por sua vez, que não pode entrar em contradição com a classe dominante sem correr o risco de quebrar o galho no qual está sentado. É pois da conveniência geral -das classes dominantes- diluir suas tensões internas e procurar alargar as bases de sua sustentação política -correndo o "risco" -extremamente calculado- de uma consulta eleitoral.

A importância real das eleições legislativas se determina principalmente pela importância do próprio Legislativo. Ele está reduzido no Brasil à condição de um cartório onde se registram os atos do Executivo. Sua importância no exercício do poder de Estado é praticamente nula e

por conseguinte, não é deste ponto de vista que o processo eleitoral ocupou lugar de destaque na luta política em nosso país. Ao realizar eleições legislativas a ditadura não deixou -nem em um milímetro de ser ditadura. Mas foi levada -pelas razões que procuramos indicar acima- a buscar na manifestação rigidamente controlada da vontade popular depositando o voto na urna um fundamento mais largo que a tortura e o terrorismo de Estado para a ordem estabelecida. Que significou para as classes oprimidas e exploradas, e particularmente para as forças políticas que pretendem representar seus interesses -isto é, para a oposição revolucionária e comunista e globalmente para a esquerda este processo eleitoral?

(2)- Três táticas do movimento democrático e comunista no processo eleitoral

Era evidente que a ditadura procuraria tirar partido da realização das eleições no sentido de provar suas boas intenções no rumo da "redemocratização" do país, e dar credibilidade ao desmoralizado bipartidarismo oficial. Neste sentido, participar do processo eleitoral implicaria necessariamente em aceitar as condições de expressão da vontade popular impostas pela ditadura, e portanto, quaisquer que fossem as razões que justificassem a participação das forças revolucionárias neste processo, quaisquer que fossem os objetivos que visassem, e qualquer que fosse o grau em que fossem atingidos estes objetivos, as classes dominantes teriam, em todos casos, tido ao menos a vantagem de mostrar que o regime do qual tiram seus privilégios não é fruto exclusivo do despotismo militar, mas representa, em alguma medida, um "consenso popular".

Que atitude adotar face ao processo eleitoral, nestas condições? Antes de mais nada, cabe notar que dentro do MDB, isto é, da oposição tolerada, estão elementos perfeitamente caracterizados como reacionários, inclusive uma série de ex-udenistas que participaram ativamente do golpe, como o governador Chagas Freitas, como Clemens Sampaio, como Danton Jobim (dito senador sessenta, porque sempre se somou aos 59 da ARENA), como o deputado federal Laerte Vieira, como inúmeros outros que julgam o golpe de 1964 "irreversível", que estão no MDB simplesmente porque a ARENA não comportava mais candidatos, que são adeptos ferrenhos da ditadura.

Ora, uma das três táticas apresentadas pelas forças de esquerda foi a do apoio incondicional ao MDB. Defendida sobretudo pelo PCB, ela foi exposta com grande nitidez em Voz Operária de setembro 1974. Lemos aí que "é um grave erro qualquer atitude de abstencionismo diante das eleições de novembro. É também um erro político anular o voto ou votar em branco. Os que defendem esta posição... não levam em conta que esse comportamento é um protesto passivo, que se limita e se esgota no dia da votação, e de nula eficácia, pois a ditadura impede que seja divulgada a informação sobre os votos nulos ou em branco". Se Voz Operária se refere aqui à porcentagem das abstenções, nulos e brancos, está dizendo uma contra-verdade, posto que ela é divulgada, bem como seus valores absolutos, que foram de 6,5, 2 e 4,6 milhões respectivamente em 1970. Se está se referindo ao que os eleitores que anulam o voto escrevem nas cédulas, então está sendo muito pouco inteligente, pois governo algum se dedica a classificar os votos nulos segundo o que neles vem escrito para depois "divulgar a informação". (Sabemos de resto que nas eleições para vereador em São Paulo em 1968, muitos votos nulos foram para Marighella, UNE, Guevara e "abaixo a ditadura"). Ora, condenando todo e qualquer tipo de boicote às eleições, o PCB estava automaticamente chamando a votar no MDB de maneira incondicional. A posição do PCB é tanto mais sintomática, nesta oportunidade, que contrasta com aquela

adotada na Resolução Política do C.C. do PCB, em maio de 1965: "é essencial dar a campanha eleitoral um caráter de massas, de luta firme pelas liberdades democráticas, de maneira a não permitir à ditadura utilizar-se das eleições para 'legalizar' o poder usurpado. Nos casos em que este objetivo se tornar praticamente inviável, podem as forças de oposição à ditadura adotar o voto em branco, como meio de protesto contra a transformação do pleito numa farsa destinada a acobertar com uma espúria 'legalidade' o governo do golpe de 19 de abril". É consternador notar que de 1965 a 1974 a atitude do PCB frente ao processo eleitoral tenha sofrido tal regressão...

Por trás da tática de apoio incondicional do MDB está a tendência oportunista de direita de superestimar as contradições no seio das classes dominantes. No número já citado de Voz Operária é evocada "a grande manobra Geisel-Golbery para a institucionalização do fascismo!" No Palácio do Planalto, prossegue o órgão central do PCB, "se trabalha para que a ARENA obtenha uma vitória esmagadora em novembro, afim de que em 1975, o Congresso Nacional aprove uma reforma constitucional que concretize os projetos de um pretense 'Estado de Direito', de conteúdo nitidamente fascista. Assim para os antifascistas é forçoso cortar o caminho da consolidação do fascismo, tudo fazendo para impedir o crescimento do número de parlamentares comprometidos com os famigerados projetos de institucionalização de um regime anti-democrático, reacionário e de traição nacional". Deixemos de lado o lado técnico da proposta, isto é, a questão de saber se o MDB poderia conseguir a maioria necessária para impedir a tal institucionalização do fascismo que tanto preocupa o PCB. Notemos simplesmente que se a ditadura estivesse mesmo empenhada nas argúcias jurídicas em questão, isto é, se lhe fosse muito importante apoiar-se na maioria arenista para fazer aprovar uma reforma constitucional, porque não o teria feito até agora? De resto, é ridículo achar que o "fascismo" corresponde a um grupo particular ("Geisel-Golbery") que teria mais interesse em institucionalizá-lo que por exemplo Garrastazu Medici ou Castelo Branco.

Uma segunda tática, defendida por grupos esquerdistas, foi a do voto nulo. Encontramo-la expressa num manifesto de um "Comitê de Denúncia da Farsa Eleitoral", que logo no início declara que em 1970 houve "cerca de 50% de votos nulos e embranco". E num vislumbre profético acrescenta, referindo-se às eleições de 1974: "a expectativa agora é de mais de 60%". Sem comentários... (Só lembrando que a verdade é sempre revolucionária e que os votos nulos e embranco em 1970 representaram 30,14% dos sufrágios). Na base das concepções táticas esquerdistas sobre o processo eleitoral está uma incompreensão mais tenaz, de que a luta pela democracia como diz o jornal Campanha, são "choramingos e reivindicações", "no essencial absorvíveis pela ditadura". Com efeito, é da essência do esquerdismo não entender que a luta pela democracia é parte integrante da luta pelo socialismo. Quanto ao medo supersticioso de que a ditadura absorva as reivindicações democráticas, trata-se de atitude típica de grupúsculos sem posição de classe, aos quais é soberanamente indiferente que a ditadura "absorva" ou não o terrorismo sobre os sindicatos, a tortura, etc. O permanente e irremediável desencontro entre os esquerdistas e o curso concreto da luta de massas nada mais é que o resultado desta indiferença. Nada mais normal que, fazendo abstração das condições reais em que as massas podem desenvolver sua luta política, tenham se trancafiado na torre de marfim dos "comitês de denúncia da farsa eleitoral" no momento mesmo em que os verdadeiros revolucionários buscavam se por à frente da revolta popular nas formas elementares e limitadas em que ela pode se ex-

primir nas condições atuais. Um único argumento dos partidários do voto nulo merece ser levado a sério. É o de que participar da luta eleitoral poderia caucionar a ditadura e criar ilusões nas massas. Indiscutivelmente, o risco existia. Mas para saber se valia a pena corré-lo, era preciso uma avaliação materialista da correlação de forças entre a revolução e a contra-revolução. Os marxistas-leninistas deveriam preconizar o boicote às eleições se as massas estivessem na ofensiva e se a participação no processo eleitoral se fizesse em detrimento de formas mais avançadas e decisivas de luta. Se as eleições fossem mera isca lançada pelas classes dominantes para desviar poderoso movimento de massas de seus objetivos fundamentais. Tal não era o caso no Brasil de 1974.

Porisso mesmo a tática dos marxistas-leninistas não poderia consistir no voto nulo. Partindo da idéia de que é do interesse do proletariado que sejam difundidas as reivindicações e aspirações democráticas (ainda que por candidatos que não sejam seus representantes) numa escala muito mais ampla do que aquela hoje ao alcance do movimento democrático e comunista, os marxistas-leninistas não tinham por objetivo, no processo eleitoral, conseguir o maior número de deputados e senadores para o MDB, mas chegar às camadas as mais amplas do povo, às grandes massas do proletariado, fixar as principais orientações políticas do momento, mostrando ao mesmo tempo, através do processo eleitoral, a insuficiência das eleições como forma de luta e de defesa da causa popular. Em resumo, a tática dos marxistas-leninistas -que defendemos juntamente com todos os companheiros que, apoiando única e exclusivamente os candidatos comprometidos clara e abertamente com uma plataforma democrática consequente fizeram da propaganda desta plataforma o seu objetivo no processo eleitoral- foi a que chamamos de voto-programa. Podemos caracterizar esta plataforma democrática mínima tanto através do programa eleitoral dos candidatos democráticos mais significativos (alguns dos quais são publicados em apêndice a este editorial) quanto através dos próprios objetivos essenciais dos marxistas-leninistas na luta pela derubada da ditadura, pela conquista da democracia revolucionária, via histórica do socialismo em nosso país. Esses objetivos são os seguintes:

- (a) direito irrestrito de greve, independência sindical, melhoria substancial das condições de existência e de trabalho das grandes massas
- (b) nacionalização democrática dos setores-chave da economia
- (c) convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte
- (d) reforma agrária radical
- (e) supressão da dominação imperialista sobre o Brasil
- (f) supressão de todos os órgãos de repressão do povo e reorganização democrática das Forças Armadas Nacionais, com punição de todos os torturadores e agentes do terrorismo ditatorial.

A característica política essencial desta tática é de ser a única verdadeiramente revolucionária e verdadeiramente de massa (para usarmos uma fórmula que dá conta da dupla exigência da ação dos marxistas-leninistas). Verdadeiramente revolucionária porque não orientou sua ação nos termos que a ditadura queria impor: ARENA OU MDB, mas pela real alternativa com que se defrontam as massas: suportar a ditadura ou lutar pela democracia. Verdadeiramente de massas porque partiu das formas de luta e organização a seu alcance na situação atual, em vez de dissertar sobre como as massas deveriam lutar se, mais organizadas e mais conscientes, estivessem já à altura de compreender os elevados ensinamentos de certos círculos de "extrema-esquerda". O desenrolar da campanha eleitoral e a análise de seus resultados vieram confirmar a justeza desta concepção tática.

(3)- Significação dos resultados na perspectiva marxista-leninista da luta contra a ditadura

As eleições legislativas de novembro 1974 constituíram um sucesso do movimento popular. Nas eleições para o Senado Federal a vitória esmagadora do MDB acabou assumindo um caráter plebiscitário, no qual o povo disse claramente NÃO ao estado atual de coisas existente no país. Nas eleições para a Câmara Federal muitos dos candidatos defendendo uma plataforma mínima democrática consequente tiveram votação extremamente significativa: citemos apenas os nomes de Airton Soares em São Paulo e de Lisânias Maciel na Guanabara. O mesmo vale, em escala quantitativamente ainda maior, para as eleições das Assembleias estaduais. Estes resultados -cujo estudo sistemático e pormenorizado constitui importante tarefa teórica de todos os revolucionários e especialmente dos comunistas- são tanto mais significativos que, durante a campanha eleitoral, os democratas revolucionários utilizaram a fundo a larga tribuna posta a seu alcance. (É de notar que muitos grupúsculos esquerdistas, sobretudo no exílio, usaram, para justificar a consigna fracassada de voto nulo o esfarrapado argumento de que não haveria liberdade para que os revolucionários defendessem seu ponto de vista. Os verdadeiros revolucionários tomaram esta liberdade...). Utilizaram-na a tal ponto que o jornalista Carlos Chagas, que hoje defende o ponto de vista da burguesia liberal, enviou ao Estado de São Paulo uma nota datada de 23/X/1974, na qual dizia que "em determinados Estados, muitos candidatos, especialmente do partido oposicionista, vêm ultrapassando os limites do bom senso, agredindo de tal forma o sistema que, a continuarem as coisas como estão, o inesperado poderá acontecer...". A estes fatos, prossegue Chagas, "juntaram-se nos últimos dias algumas explosões populares do tipo das que acirram veementemente a Revolução". "Ao investir contra o regime, de forma violenta, certos candidatos acirram os ânimos e dão o pretexto perigoso aos que ainda não concordam plenamente com o ideal de normalidade institucional". Evidentemente, a burguesia liberal tudo fará para que triunfe o "bom senso", e procurará sempre atar as mãos dos democratas consequentes, sobretudo quando as massas se põem em movimento (apedrejando a sede do INPS após um comício do MDB, como ocorreu no Rio Grande do Sul, ou manifestando de maneira multiforme sua revolta, como em toda parte...).

Seria no entanto uma atitude tipicamente oportunista de direita confundir o sucesso do movimento popular dizendo NÃO ao arrocho e ao terrorismo militar, com o sucesso do MDB aumentando consideravelmente sua representação parlamentar e batendo a ARENA, na disputa de uma cadeira no Senado por Estado, na esmagadora maioria dos Estados. É coisa que ninguém contesta, o caráter artificial do bipartidarismo imposto pela ditadura. Mas nem todo mundo tira desta constatação óbvia a consequência necessária de que a oposição dos dois partidos não corresponde à oposição dos interesses de classe no seio da sociedade e que por conseguinte o MDB é dirigido pela burguesia. Já desde o início da campanha eleitoral os chefes nacionais do MDB salientavam que uma eventual vitória do seu partido não teria caráter contestatório (Ulysses Guimarães), acrescentando, quando o desenrolar da campanha estava já mostrando o estrondoso fracasso da ARENA, que após as apurações o MDB colocaria sua vitória "à disposição dos esforços do presidente Geisel de institucionalizar o país". (Seria curioso saber o que pensa o PCB desta ajuda de Ulysses Guimarães à "institucionalização do fascismo" pela qual se batem Geisel e Golbery). E Franco

Montoro, na mesma ordem de considerações, explicou que a derrota eleitoral deve "ser atribuída à ARENA e não ao atual governo que apenas inicia o mandato". As declarações post-eleitorais dos chefes emedebistas foram ainda mais claras: "tivemos toda a liberdade durante a campanha", "não impediremos os governos de governar", o MDB com sua vitória está "empurrando o governo para o povo" (Franco Montoro), "o resultado das eleições termina por ser um serviço prestado ao governo e à própria ARENA", já que "a existência do MDB é o certificado de viabilidade para a existência da ARENA" (Ulysses Guimarães)

Quem apoiou incondicionalmente o MDB aceitou a liderança da ala nacional-democrática da burguesia na luta contra o regime. Evidentemente, no pleito para o Senado, que assumiu caráter marcadamente plebiscitário, os revolucionários poderiam preconizar o voto em candidatos do MDB cujo compromisso com a plataforma democrática mínima fosse puramente verbal, como por exemplo Orestes Quercia em São Paulo, já que este voto significava um NÃO ao regime. Mas votar em Danton Jobim e sobretudo em Clemens Sampaio na Bahia, é dizer NÃO ao regime? Que respondam os partidários do apoio incondicional ao MDB. (Na Bahia os eleitores já responderam, pois ali o NÃO ao regime exprimiu-se por significativa porcentagem de votos em branco e nulos). Ao recomendar voto em branco se o candidato MDB para o Senado fosse um adesista, os marxistas-leninistas não cairam na tentação oportunista de infringir a qualquer preço uma "derrota" eleitoral à ditadura que fosse uma pura vitória eleitoral da burguesia, a serviço da qual está a ditadura...

Não há dúvida, de qualquer modo, que visto em seu conjunto, e situado no interior do processo histórico de luta contra a ditadura terrorista a serviço dos monopólios, o processo eleitoral de novembro 1974 deixou um balanço positivo, do qual alguns aspectos merecem ser especialmente salientados. (1) são grandes as possibilidades abertas ao nível da luta legal. É pois urgente aprofundar a discussão sobre as formas de que deve se revestir a atuação dos marxistas-leninistas nas frentes de massa toleradas pela ditadura. (2) a utilização das formas legais de luta só adquire consequência revolucionária se estiver apoiada em sólida organização revolucionária clandestina. No essencial, as tarefas dos marxistas-leninistas são incompatíveis com a ordem ditatorial (ainda que "descomprimida"). Neste sentido, o saldo positivo deixado por nossa participação no processo eleitoral pode amanhã tornar-se negativo se aparecerem tendências a "fazer trabalho de massa" principalmente através do MDB, isto é, se o alargamento da atuação dos comunistas na luta legal se fizer em detrimento de suas tarefas essenciais. A constituição de um órgão nacional marxista-leninista, por exemplo, é infinitamente mais importante do que qualquer "penetração" no MDB. O programa de democracia revolucionária nunca poderá ser defendido de maneira completa e aberta ao nível da luta legal. Ora, sua explicação e aprofundamento constituem nosso objetivo central no domínio da propaganda. (3) O sucesso popular no processo eleitoral cria condições muito favoráveis à união das forças antiditatoriais, à formação da frente anti-ditadura, não somente na medida em que a defesa de uma plataforma democrática mínima aproximou na prática as diferentes correntes do movimento popular, mas sobretudo porque permitiu às forças proletárias precisar os critérios políticos que deverão reger a aliança que preconizam entre todas as forças dispostas a integrar a frente anti-ditadura, inclusive os setores democráticos e nacionais da burguesia. Ficou claro, com efeito, que as forças proletárias devem concentrar sua luta política nos objetivos mais capazes de unir o povo contra a ditadura (liberdades públicas, defesa da economia nacional, melhoria das condições de existência e trabalho das grandes massas), sem no entanto abdicar um só instante da defesa da democracia revolucionária.

AIRTON SOARES

1

Revogação do A.I. 5 e seus sucedâneos; restabelecimento do Estado de Direito, do Regime Democrático-Representativo com base no sufrágio universal direto, notadamente para a Presidência da República, governos estaduais e prefeituras municipais; instalação de uma Assembléia Constituinte.

2

Revisão das leis de Segurança Nacional e de Imprensa, com extinção das penas de morte, prisão perpétua e banimento; restabelecimento da liberdade de imprensa e da livre associação; anistia ampla e total a todos os civis e militares atingidos pelos atos de exceção a partir de 1964.

3

Inatingibilidade do Poder Judiciário, com a restauração em toda plenitude do Habeas Corpus, autonomia da Ordem dos Advogados do Brasil.

4

Luta pelo efetivo respeito dos direitos da pessoa humana, incluindo-se a integridade física e moral dos presos políticos e comuns.

5

Garantia do direito de voto a todos os cidadãos brasileiros maiores de 18 anos - inclusive os analfabetos.

6

Fim do "arrocho" e revisão da política salarial; restabelecimento da liberdade sindical e do direito de greve.

7

Revogação do Decreto 477, reintegração imediata de todos os professores e estudantes afastados da Universidade; legalização das entidades representativas estudantis extintas; restabelecimento da autonomia universitária, manutenção do ensino gratuito e realização de uma reforma universitária voltada para os reais interesses do país.

8

Destinação de maiores verbas para a Saúde Pública, Previdência Social e Educação.

9

Proteção ao Capital nacional, à média e pequena empresa; regulamentação dos investimentos externos e controle sobre a remessa de lucros para o exterior.

10

Proteção aos posseiros, médios e pequenos proprietários agrícolas; execução de uma reforma agrária voltada para os reais interesses daqueles que trabalham a terra; respeito à cultura e à posse das terras indígenas, mediante o efetivo cumprimento da legislação sobre o assunto.

Pronunciamento do Deputado Federal **Lysâneas Maciel:**

Liberdade para os Sindicatos

DA GUANABARA

Muito se tem falado em liberdade e autonomia sindicais. O governo declara que os sindicatos de trabalhadores gozam, atualmente, de liberdade. No entanto, se tentam discutir a política salarial em vigor e os efeitos negativos do regime de opção do FGTS, sofrem logo intervenção do Ministério. Aqui mesmo na Guanabara temos vários exemplos. Basta citarmos as intervenções nos Sindicatos dos Bancários e dos Metalúrgicos, bem como na Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito — CONTEC.

O Sindicato dos Bancários teve sua Diretoria destituída violentamente, em abril de 1972, pelo Delegado Regional do Trabalho, Sr. Luiz Carlos de Brito, que à frente de uma força policial comandou a invasão do Sindicato, prendendo seu Presidente e mais alguns associados, sob a alegação de atividades subversivas. Naquela ocasião o Sindicato exigia dos banqueiros o cumprimento da sentença do TST que julgara o aumento dos bancários. Essa sentença não foi cumprida, até hoje, pelo Banco do Brasil e outros bancos oficiais, que não pagam a diferença de 1% porque estava acima da tabela do governo.

Mas a própria Justiça Militar arquivou duas vezes o processo então montado pelo Ministério do Trabalho. Concluiu-se, afinal, que nem subversão nem corrupção havia. Contudo, a Diretoria destituída não foi reconduzida e até agora o Sindicato dos Bancários da Guanabara encontra-se sob intervenção.

Nestes dois anos os bancários tiveram alguns de seus direitos estabelecidos na CLT, como a jornada de 8 horas, comprometidos por um "acordo" assinado com as financeiras pelo então interventor Ubaldo Ochioni. Também a Confederação dos Bancários, a CONTEC, ainda se encontra sob intervenção ministerial, desde outubro/72, dela participando também o SINISTRO Ochioni. Nada foi alegado contra a CONTEC. Simplesmente não se permitiu a eleição de uma nova diretoria, livre do controle do Ministério do Trabalho e dos patrões. É preciso que se realizem eleições livres nesses sindicatos, bem como na Confederação Nacional dos Bancários. O deputado Arnaldo Prieto, atual Ministro do Trabalho não pode consentir a continuação dessas intervenções. O Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara também foi colocado sob intervenção, impedindo a vitória da chapa que tinha um Programa Renovador. O mesmo Ubaldo Ochioni, funcionário subalterno do Ministério do Trabalho, perseguiu os associados e funcionários do Sindicato, em seu período de intervenção caracterizando-se pela inércia administrativa e pela violência contra os trabalhadores com arbitrariedades e desmando. No Sindicato dos Ferroviários, a chapa verde, vencedora também está impedida de tomar posse sem que se conheçam as razões deste impedimento.

Em 15 de Novembro, com **Lysâneas Maciel** MDB / GB
N.º 102

LEIA E PASSE ADIANTE

Você ainda está disposto a lutar? Então recomece lendo este recado (Não leva mais de 2 minutos). E votando.

1. **NÓS VAMOS RECOMEÇAR VOTANDO EM LYSANEAS MACIEL PORQUE NOS LEMBRAMOS, POR EXEMPLO, QUE JÁ ELEGEMOS O DEPUTADO FEDERAL MAIS VOTADO DA HISTÓRIA DO BRASIL, UM DEPUTADO QUE TEVE MAIS DE 300 MIL VOTOS SEM PROMETER RUAS CALÇADAS, MAIS ÁGUA OU MAIS VIADUTOS; NEM OFERECER FENOADA AOS ELEITORES.**
2. **O QUE A GENTE PRECISA, ANTES, É DE LIBERDADE (E É PELA LIBERDADE QUE LYSANEAS VEM LUTANDO HÁ QUATRO ANOS COMO EXIGIRAM AS 14 MIL PESSOAS QUE VOTARAM NELE EM 1970). LIBERDADE QUE VOCÊ PRECISA PARA FAZER GREVE E EXIGIR DO SEU PATRÃO UM PAGAMENTO JUSTO PELO SEU TRABALHO (NÃO A "DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZAS" QUE O SISTEMA DIZ DEFENDER; ESTA "DISTRIBUIÇÃO" ESTÁ AI, EM FORMA DO "ABONO", UM "ABONO" QUE VAI DAR A VOCÊ, QUE GANHA SALÁRIO-MÍNIMO, MAIS Cr\$ 1,20 POR DIA DE TRABALHO). LIBERDADE QUE VOCÊ PRECISA EXIGIR DO SEU PATRÃO MAIS SEGURANÇA (NO BRASIL, FOI O PRÓPRIO PRESIDENTE QUEM DISSE, MORREM O OPERÁRIOS POR DIA EM ACIDENTES DO TRABALHO).**
3. **LIBERDADE QUE VOCÊ PRECISA PARA EXIGIR DO INPS UM TRATAMENTO MAIS HUMANO, SEM FILAS, SEM PAPELADAS, SEM VIOLÊNCIA; UM INPS QUE NÃO ANUNCIE, GLORIOSO, QUE ENCERROU O ANO COM LUCRO (UM LUCRO IMORAL, CONSEGUÍDO À CUSTA DE SEUS DESCONTOS E DE SUA SAÚDE).**
4. **LIBERDADE QUE VOCÊ PRECISA PARA NÃO TER MEDO DE FALAR EM LIBERDADE — NAS RUAS, NO TRABALHO, NOS SINDICATOS. PORQUE A LIBERDADE SÓ ASSUSTA QUEM TEM O QUE ESCONDER (COMO OS QUE AGORA, POR EXEMPLO, IMPEDEM LYSANEAS DE FALAR NOS HORÁRIOS DO TRE NO RÁDIO E NA TELEVISÃO; E QUE IMPEDIRAM, DURANTE 4 ANOS, QUE SEUS DISCURSOS SAÍSSEM NOS JORNAIS). LIBERDADE PARA DISCUTIR POLÍTICA, COMO JÁ SE FEZ UM DIA NESTE PAÍS SEM TER QUE OLHAR ASSUSTADO PARA OS LADOS (QUANTOS DEPUTADOS VOCÊ CONHECE PELO NOME?).**
6. **LIBERDADE PARA LUTAR, POR MAIS LIBERDADE, E PARA VIVER.**

POR ISSO NÓS VAMOS VOTAR EM LYSANEAS MACIEL (MDB-N.º 102) PARA DEPUTADO FEDERAL. E PARA QUE VOCÊ NÃO PENSE QUE ELE É APENAS MAIS UM CANDIDATO, AMANHÃ OU DEPOIS NÓS VAMOS LHE ENTREGAR ALCUNS DISCURSOS QUE ELE FEZ NA CÂMARA. SE VOCÊ ESTÁ DISPOSTO A LUTAR, LEIA ESSES DISCURSOS, RECOMECE A LUTAR VOTANDO. E CONTINUE SUA LUTA AO NOSSO LADO DEPOIS DO DIA 15.

PORQUE PARTICIPAR E VOTAR NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES

A 16 de novembro de 1974 serão realizadas eleições com o objetivo de renovar os quadros político-partidários para as Assembleias Legislativas, Câmara Federal e Senado. No presente momento histórico, diante da conjuntura geral em que se inserem as próximas eleições, tendo em vista a atual relação de forças, o problema de participar ou não das eleições assume particular importância.

A questão de votar ou não votar não deve ser encarada no plano político em termos absolutos, nem analisada de forma simplista e abstrata. É necessário levar em conta as condições objetivas e subjetivas existentes no país, analisá-las corretamente e atuar segundo seus imperativos. Não se trata, portanto, de interpretar a realidade segundo nossos desejos, mas de adequar estes à atual realidade.

Há momentos em que não votar é a posição política justa e compatível com a conjuntura na qual se insere uma eleição. Há outros em que, não só votar, mas participar efetivamente do processo eleitoral, é igualmente justo e compatível com as mudanças ocorridas na realidade. Votar e participar de eleições quando essa forma de atuação é incompatível com o momento histórico é um erro tão grande quanto não votar ou não participar, quando as mudanças ocorridas o exigem. Portanto, é preciso não confundir as formas de atuação com a própria atuação.

Num primeiro momento os setores mais representativos da população brasileira recusaram-se a participar do sistema político-partidário oficial, negando-se a aceitar as regras estabelecidas para o jogo político. A alternativa consistia em participar dos restantes entidades ainda representativa que, mais ou menos haviam conseguido sobreviver aos eventos de 1964. A utilização desses canais de representação, aliado à margem da estrutura partidária oficial, acabou por levar às amplas mobilizações ocorridas no país em 1967 e 1968.

Em seguida, veio a repressão implacável do governo, com o objetivo de desorganizar e desmobilizar o movimento de oposição, através da promulgação do Ato Institucional n.º 5 e de seus sucessores. Os poderes executivos con-

vidos por esse ato acabaram por levar ao refluxo do movimento popular, bem como deram ao governo condições de neutralizar, por tempo relativamente longo, tais formas de oposição.

Diante da situação atual — sindicatos marginalizados, entidades estudantis fechadas, igrejas devassadas, imprensa censurada — é necessário assumir a tarefa de esclarecimento e denúncia, superar o clima de dispersão e restabelecer os canais de comunicação com a sociedade brasileira. O processo de fechamento afigura-se hoje, à primeira vista, como uma gigantesca repressão, que impede a participação efetiva dos setores mais representativos da sociedade na vida política do país. A aceitação, por parte desses setores, do silêncio e do isolamento que lhes são impostos, significaria sua própria morte política. É preciso compreender que essa repressão tem suas brechas, não possuindo no plano da história alcances sólidos e duradouros.

É preciso, portanto, nas precárias condições atuais, nos estreitos limites de participação possível, explorar, aprofundar e ampliar essas brechas, através de um amplo trabalho de esclarecimento e denúncia. Deve-se romper o impasse criado pelo vazio político atual, pela inércia incentivada pela propaganda oficial, com um lento e paciente trabalho de mobilização, organização e conscientização dos mais significativos setores da sociedade brasileira.

Nas atuais condições, acreditamos que a participação efetiva nas próximas eleições é um dos imperativos da realidade atual e uma das formas viáveis de se iniciar esse trabalho.

PORQUE PARTICIPAR E VOTAR COM O MDB

Desde que escolhida a alternativa de participação nas próximas eleições, resta saber ao lado de quem participar.

A história do MDB — entidade criada de acordo com as disposições do AI-2 — tem mostrado que nem ele foi poupado do processo de neutralização da oposição brasileira. Cassações, ilegalidades, sub-legendas são fatos que revelam mais que uma simples oposição artificial e oficialmente consentida, constituindo sintomas claros de que essa oposição tem tido eventualmente uma possibilidade de negar seu caráter de artificialidade, e atuar efetivamente como oposição.

O MDB, como produto híbrido de uma situação excepcional, não é, e nem pode vir a ser, um partido político, no sentido histórico e sociológico do termo. Sem raízes na realidade e no povo brasileiros, sem ideologia e sem programa claramente definidos, sem coesão e disciplina partidárias, marcado pelo estigma de sua origem, minado por contradições internas e incapaz de superar suas próprias limitações, o MDB — à exceção de raros momentos — não conseguiu desempenhar até agora de forma concreta o papel de oposição real, no processo político nacional.

Como entidade política, o MDB tem sua existência marcada pela contradição: assume as últimas consequências o papel de oposição consentida e, de fato, desaparece por falta de apoio popular; ou desempenha o papel de oposição efetiva, e contribui para a transformação da situação que o gerou (o que, uma vez conseguido, resultará na sua dissolução).

Entretanto, no momento atual, enquanto não estão esgotadas suas possibilidades históricas de existência, o MDB tem um papel a cumprir. Seja no plano anti-histórico, como oposição consentida, para dar uma aparência de legalidade a um regime autoritário, seja no plano histórico, como oposição efetiva, atuando ao lado de outras forças.

Esse é o dilema com que se defronta o MDB: transformar-se ou não em uma oposição real, combativa e atuante, no processo político brasileiro. E esse dilema assume agora maiores proporções, quando a neutralização dos organismos representativos da oposição não-oficial fazem do MDB um dos poucos canais existentes para o restabelecimento do contato com os mais diversos setores sociais.

O processo de fechamento político atual faz do MDB um instrumento que pode ser utilizado, sem, é claro, que se tenha qualquer ilusão quanto ao alcance e limitações.

Diante do fechamento político e da neutralização da oposição não-oficial, torna-se necessário encontrar a forma mais indicada de canalizar e demonstrar concretamente o descontentamento popular em relação à atual situação. É a participação efetiva nas eleições de novembro são uma das poucas formas possíveis que ainda restam para a expressão desse descontentamento.

Uma vez admitida a participação, e sendo o MDB, finalmente, a única força legal de oposição no país, a descontentamento popular deve ser manifestado através de ampla votação em seus porta-vozes mais combativos. Votado maciçamente e fortalecido nas eleições, por um lado, pressionado por baixo, pelas bases, e reorganizado internamente por seus quadros mais experientes, por outro, o MDB acabará assumindo um papel de oposição consciente. Estarão criadas, então, as condições mínimas para que a criação se rebelde contra o criador, colaborando para a modificação das estruturas políticas do país.

PARTICIPAR DAS ELEIÇÕES E VOTAR NO MDB, COM QUE OBJETIVOS

A participação nas próximas eleições e a votação no MDB dependem, fundamentalmente, dos objetivos em torno dos quais deve se desenvolver essa forma de atuação.

Tendo em vista que numa ação social e política, as alianças entre classes só podem ser realizadas com base em um programa mínimo, que corresponda ao máximo de consciência possível da classe menos avançada, o MDB, como movimento político, deve ser articulado em torno de um programa mínimo, suficientemente amplo e flexível, capaz de abranger a totalidade dos setores da oposição democrática brasileira. Esse programa mínimo deve ser organizado com base em objetivos comuns, que possam agrupar as mais variadas tendências oposicionistas.

A elaboração do programa mínimo terá, portanto, que corresponder ao máximo de consciência possível da classe menos avançada, que possa ser incorporada às fileiras da oposição. Esse deve ser o objetivo a ser perseguido agora, já que é preciso somar forças que, de outra forma, continuariam divididas.

É preciso enfatizar, no momento, aquilo que nos une e fortalece, os pontos em relação aos quais estamos de acordo e que, mesmo não sendo os fundamentais, assumem agora um caráter de principalidade. Por outro lado, devemos abandonar tudo o que nos divide e enfraquece, tudo aquilo que não corresponde às necessidades objetivas do momento, porque só servirá para a manutenção do atual estado de coisas.

CONTRIBUIÇÃO À UMA ANÁLISE MARXISTA DA QUESTÃO FEMININA

JOANA ALMEIDA
MARTA ALVES
MARIA RIBEIRO

Cabe ao marxismo o mérito de ter definido o caráter específico da opressão da mulher e de ter fornecido os fundamentos materialistas que permitem explicar a origem histórica e as condições necessárias para a superação desta opressão. Por outro lado - e é aqui que se situam todas as dificuldades da questão - ainda reina uma certa confusão teórica, mesmo entre os marxistas, no referente à análise adequada às condições atuais do problema da mulher, que articulem dialeticamente os vários níveis da realidade que dão origem e reproduzem continuamente esta situação de opressão. O materialismo histórico avançou teses fundamentais sobre a questão feminina, mas permanecem ainda algumas lacunas que terão de ser superadas teoricamente para que o movimento feminino possa ser orientado como parte do processo geral da luta de classes. A necessidade de aprofundar teoricamente o problema da opressão feminina se impõe a todos os marxistas que buscam encontrar o justo caminho para o movimento feminista. Para os militantes de DEBATE este artigo corresponde a uma primeira contribuição à análise da questão feminina e visa principalmente salientar os aspectos mais importantes do problema da mulher em geral. Nossa finalidade é, à luz das conclusões que chegamos sobre a problemática da mulher, analisar, em outro artigo, a situação concreta da mulher brasileira sob a ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios e seu programa de lutas específicas.

Engels, na "Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", apresenta os fundamentos da teoria marxista sobre a opressão da mulher, ao esclarecer o problema das origens históricas desta opressão. A divisão natural do trabalho, nos primórdios da civilização, não concedia nenhum privilégio a uma tarefa produtiva específica, desde que todas elas constituíam elementos igualmente importantes para a sobrevivência da espécie humana.

É preciso notar, no entanto, algumas incorreções antropológicas em certas teses de Engels, tais como a idéia de que o matriarcado teria sido uma forma de organização familiar de caráter universal e sempre anterior ao patriarcado. Mas, estas incorreções não chegam a abalar o rigor de suas teses fundamentais, entre as quais se destaca a demonstração de que é o desenvolvimento das forças produtivas sociais, permitindo o aumento da produtividade num ramo de produção que a divisão natural do trabalho atribuiu ao homem, que possibilita a produção de um excedente e sua apropriação privada. Isto é, a propriedade privada inicia-se com os meios de produção que estavam nas mãos dos homens e é o desejo de poder transmitir o excedente criado para seus descendentes que leva o homem a escravizar a mulher, tornando-a sua propriedade exclusiva, de forma a poder assegurar-se da paternidade de seus filhos. Propriedade privada, herança, monogamia e opressão da mulher são, pois, frutos do mesmo momento histórico. E a importância deste momento pode ser avaliada pelas próprias palavras de Engels: "... o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a do sexo feminino pelo

masculino ". (A Origem da Família...)

No momento histórico em que um tipo de trabalho passa a ser o fundamental para a sociedade, o trabalho doméstico - que até então tinha um caráter eminentemente social - se tornará, cada vez mais, um trabalho privado, realizado em cada unidade familiar.

Engels, portanto, via no socialismo a solução completa do problema da mulher, na medida em que as razões de ordem econômica para a existência da monogamia compulsória (em vista da legitimidade dos herdeiros) deixariam de existir com o fim da herança, a sujeição econômica da mulher ao homem terminaria já que ambos participariam da produção social, o que levaria ao desaparecimento da família constituída sobre esta base material :

" Quando os meios de produção passem a ser propriedade comum, a família individual deixará de ser a unidade econômica da sociedade. A economia doméstica se converterá em um assunto social; o cuidado e a educação dos filhos também. A sociedade cuidará com o mesmo esmero de todos os filhos, legítimos ou naturais ". (Nota: todas as citações em que não são indicadas as fontes, referem-se à obra de Engels, A Origem da Família...)

Este trecho é importante porque esclarece como Engels relaciona o fim da opressão de classe ao fim da opressão do sexo feminino . Na medida em que todos os indivíduos, indistintamente, participassem do processo de produção, na medida em que " as funções domésticas, que ora têm um caráter privado, passassem para a competência da esfera social " (compreendendo por funções domésticas tanto o preparo de alimentos, quanto a educação das crianças etc.) as relações afetivas entre o homem e a mulher teriam o caráter de ligações livres, sem obedecer a imposições de qualquer ordem; a sexualidade se separaria da reprodução biológica.

A opressão da mulher tendo tido sua origem na esfera econômica, já que está diretamente ligada à propriedade privada e a transmissão desta, pela herança, é evidente que sua superação tem como condição necessária a abolição da propriedade privada sobre os meios de produção, e a transformação do modo de produção e apropriação.

Durante muitos anos o movimento comunista, em geral, limitou-se a repetir a tese de que a transformação econômica da sociedade bastaria para eliminar a opressão específica da mulher. No entanto, esta tese parece chocar-se contra a realidade dos fatos : ninguém pode negar que - não obstante as inúmeras conquistas alcançadas pelas mulheres nos países socialistas - inexistente a igualdade de fato entre os sexos, porque as mulheres não ocupam de fato um papel equivalente ao dos homens, tanto no aparelho produtivo, como nas organizações políticas e no poder de Estado. Inúmeras são as razões que podem explicar a persistência da desigualdade entre os sexos : por exemplo, o grau de desenvolvimento das forças produtivas, as características históricas e culturais de cada um dos países em que se realizou a transformação socialista da sociedade etc. Alguns destes países avançaram mais, outros menos, no caminho da emancipação feminina. Mas não se trata aqui de fazer a análise concreta da situação da mulher em cada um dos países socialistas. O fundamental é tentar estabelecer uma razão de fundo, isto é, uma razão de ordem econômica para explicar porque algumas das funções "domésticas" continuam a ser executadas pelas mulheres nas unidades familiares e qual a base material em que se estrutura a família (qual, pois, sua função econômica). Reduzir o problema a uma questão puramente ideológica, de "sobrevivência de resquícios superestruturais" não

constitui um procedimento científico, na medida em que se passa a conceder uma autonomia absoluta à superestrutura ideológica. Os marxistas reconhecem o "pêso das gerações passadas" e a permanência no novo modo de produção de resquícios da superestrutura anterior. Entretanto, meio século depois da primeira revolução socialista, seria absurdo continuar reduzindo o problema ao nível da ideologia.

Pensamos que, de um lado, a persistência da propriedade familiar é da herança desta propriedade, constitui uma base econômica para a sobrevivência da família nas sociedades socialistas, e, por outro lado, o fato da "economia doméstica" não se ter transformado em um "assunto social", assim como o "cuidado e a educação dos filhos", constituem outros elementos que impedem a verdadeira igualdade entre os sexos. É evidente que na maior parte dos casos o ainda baixo nível de coletivização das "tarefas domésticas" se deve fundamentalmente ao grau insuficiente de desenvolvimento das forças produtivas. Trata-se, mais precisamente, de compreender a realidade objetiva dos países que estão construindo o socialismo e nos quais a persistência da propriedade privada se dá em condições que não permitem sua utilização para explorar o trabalho alheio em vista da obtenção da mais-valia. Mas o problema é que, enquanto a questão da coletivização do trabalho doméstico não for resolvida na prática, se corre o risco da perpetuação da "tradicional" divisão do trabalho dentro da família, o que impossibilita a plena participação do conjunto das mulheres na produção e na gestão sociais.

Por sua vez, a persistência da herança da propriedade familiar é um dos indícios das dificuldades do processo de transformação socialista da sociedade. Nesta medida, seria errôneo confundir o período socialista (entendido como transição ao comunismo, tal como o descrevem Marx, Engels e Lênin) com o atual estágio de desenvolvimento das relações socialistas de produção nos países, que tendo realizado a principal transformação econômica da sociedade, isto é, a socialização dos meios de produção, estão ainda bastante distantes do conjunto de transformações que caracterizam a plena realização do socialismo.

Duas considerações precisam ainda ser feitas, antes de encerrarmos esta breve discussão sobre a persistência da desigualdade entre os sexos nos países socialistas. A primeira diz respeito à constatação óbvia de que o socialismo significa para a mulher um avanço indiscutível e incontestante que nunca poderá ser obtido sob o modo de produção capitalista. A segunda concerne ao fato de que, não obstante algumas correntes políticas, "mais realistas que o rei", escamotearem o problema da mulher nos países socialistas, pelas simples negação de sua existência, são inúmeros os fatos que permitem constatar uma preocupação com a questão dentro desses países, que vão da polêmica pelos jornais à adoção de medidas práticas.

Entender, portanto, a especificidade da opressão sofrida pela mulher é ser capaz de relacionar dialeticamente a determinação econômica desta opressão com os outros níveis da realidade em que a opressão se concretiza e reproduz. Tais níveis dizem respeito à superestrutura política, jurídica e ideológica. A solução completa para o problema da opressão específica da mulher obriga, pois, que se transforme revolucionariamente e em conjunto, as diferentes esferas da vida social e econômica. Isto porque a opressão, tendo sua origem na esfera da produção, se reproduz continuamente pela atuação dos diversos aparelhos ideológicos (Igreja, Escola etc.) e jurídicos da sociedade, de forma tal que só se extinguirá quando houver uma solução de conjunto para todas estas esferas em que a opressão se exerce.

É a ausência de uma análise que dê conta da unidade complexa dos diversos níveis em que a opressão da mulher se reproduz, que tem levado o movimento comunista a se guiar fundamentalmente por uma concepção economicista da questão, ocasionando um certo imobilismo na atuação frente às mulheres, e permitindo, em parte, a proliferação de grupos feministas não-marxistas, desde que não foi capaz de elaborar uma teoria científica, única alternativa para a consolidação de um movimento feminista consequente - mente revolucionário.

Foge ao âmbito do presente artigo a análise das diversas correntes não-marxistas surgidas, principalmente, a partir dos anos 60. Isto porque, do feminismo burguês (que visa melhorar a situação da mulher na sociedade capitalista, conservando sua imagem, o casamento, a família e a propriedade privada) ao feminismo "sexista" (que analisa a opressão da mulher em termos de uma "guerra de sexos"), existem inúmeras outras tendências feministas não-marxistas que se organizam consonantemente com as "teorias" que defendem. As consequências políticas destas correntes também não poderiam deixar de ser coerentes com as "análises teóricas" que fazem do problema da mulher : desde as tímidas reformas propugnadas - dentro do sistema - pelas feministas burguesas à luta de sexos das feministas sexistas, todas estas correntes têm como denominador comum a negação da luta de classes como motor da história.

I- A FAMÍLIA E A OPRESSÃO DA MULHER NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

a) A Função Econômica da Família

A forma de existência da família e o papel econômico que ela cum pre dependem, em última instância, das relações de produção existentes. Nos modos de produção em que existe a propriedade privada, a função primordial da família é a transmissão da herança. Sobre esta determinação econômica e segundo as necessidades da reprodução das relações sociais de produção, a família se constituirá numa "célula" cujas principais funções, ou melhor, cujas funções globais estão diretamente relacionadas com o modo de produção predominante. Nesta medida, as funções específicas da mulher no seio da família sofrerão variações com o desenvolvimento das forças produtivas.

No modo de produção feudal, a família estava ligada à unidade de produção e, portanto, o trabalho doméstico estava compreendido no trabalho produtivo em geral. Assim, Marx diz :

" Na indústria patriarcal do campo, onde o fiador e o tecelão habitavam o mesmo teto, onde as mulheres fiavam e os homens teciam para as necessidades exclusivas da família, fio e tela eram produtos sociais, fiação e tecelagem eram trabalhos sociais no próprio limite da família. Mas, seu caráter social não consistia no fato de que o fio era trocado enquanto equivalente geral contra o tecido, outro equivalente geral, ou que os dois se trocassem um pelo outro, enquanto expressões do tempo de trabalho geral. É, ao contrário, a organização da família com sua divisão natural do trabalho que imprimia ao produto do trabalho seu caráter social particular ". (Crítica da Economia Política, tomo I, pg.284, Edição Plêiade) Nos modos de produção anteriores ao capitalismo, nem todo o produto do trabalho se transformava em mercadoria, isto é, o valor de troca não governava a produção social em toda sua extensão. Portanto, pode-se dizer que antes do advento do modo de produção capitalista, o trabalho produtivo em geral é aquele que produz valor de uso, isto é, que dá origem a produtos que têm

uma utilidade social.

Com o aparecimento do capitalismo, a divisão social do trabalho atinge pontos extremos, as forças produtivas são submetidas ao capital, provocando uma determinação suplementar no caráter do trabalho produtivo, que passa a ser aquele que valoriza diretamente o capital. A introdução da maquinaria e da grande indústria implicam na nítida divisão entre o trabalho doméstico e o trabalho industrial (produtivo). Esta divisão é também uma divisão sexual de tarefas: a mulher assume o trabalho doméstico e o homem, o trabalho industrial. Do ponto de vista do trabalho industrial, a mulher aparece como uma reserva de mão-de-obra pouco qualificada (como um dos principais componentes do Exército Industrial de Reserva), utilizada ou não, conforme as necessidades do mercado.

b) O Caráter do Trabalho Doméstico

Qual seria, então, o caráter do trabalho doméstico, no modo de produção capitalista? Em primeiro lugar se impõe a constatação de que ele não é um trabalho produtivo, já que não concerne diretamente à valorização do capital. Mas, por outro lado, o trabalho doméstico é um trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho. Isto porque uma grande parte do salário do trabalhador é usada para adquirir certos bens que não estão sob a forma de bens de consumo final. A comida comprada precisa ser feita, as roupas precisam ser lavadas, a casa precisa ser limpa, etc. Um trabalho adicional - o trabalho doméstico - precisa ser efetuado para converter estas mercadorias em formas aptas para permitir a conservação e a regeneração da força de trabalho.

Quando a dona-de-casa atua diretamente sobre os bens comprados com o salário e altera necessariamente suas formas, seu trabalho torna-se parte da massa de trabalho passado incorporado na força de trabalho. Ora, esta força de trabalho tem um valor que precisa ser determinado. Segundo Marx:

"O que é o valor da força de trabalho? Como o de toda outra mercadoria, seu valor é determinado pela quantidade de trabalho necessária para produzi-la. A força de trabalho de um homem é, simplesmente, o que há de vivo em seu organismo. Uma certa massa de gêneros necessários permite a um homem crescer e se manter vivo. Mas, o homem, como a máquina se desgasta e deve ser substituído por outro homem. Além da quantidade de meios de subsistência necessários à sua própria manutenção, ele precisa de uma outra quantidade para criar um certo número de crianças destinadas a substituí-lo no mercado de trabalho e a perpetuar a raça dos trabalhadores. Por outro lado, para desenvolver a força de trabalho e adquirir uma certa habilidade, ele dispensará uma outra quantidade de valor (...)" (Salário, Preço e Lucro, pg. 510, Éditions Pléiade). Várias conclusões podem ser tiradas deste texto. A primeira, e mais importante, é que o valor da força de trabalho é fixado, levando-se em conta não apenas a reconstituição da força de trabalho do trabalhador, mas também de sua reprodução na próxima geração, ou seja, ele é determinado pelos gastos de manutenção do trabalhador e de sua família. O papel do trabalho doméstico, também pode ser determinado em função dos diversos níveis descritos por Marx na fixação do valor da força de trabalho. Ao nível cotidiano, como já vimos, ele transforma as mercadorias necessárias para a manutenção e reprodução da força de trabalho, dando-lhes a forma de consumo final. Além disso, a tarefa de reprodução da espécie, bem como a tarefa de educação das crianças, também são da incumbência da mulher.

O trabalho doméstico entra, portanto, na determinação do valor da força de trabalho. Mas o preço de uma mercadoria flutua sempre em torno de seu valor. Quando o preço do trabalho (o salário) está abaixo do valor, ele se torna insuficiente para manter a família e é necessário que outro membro da família trabalhe. Este fato pode ser constatado hoje em dia no Brasil, quando tem aumentado o número médio de pessoas trabalhando numa mesma família. No entanto, a entrada da mulher na produção não a isenta, em geral do trabalho doméstico. A opressão que a mulher sofre enquanto tal, adiciona-se, então, a exploração direta de classe. Isto é, a mulher de um operário, mesmo quando não participa diretamente da produção, já é explorada enquanto classe, além de ser oprimida como mulher. Mas sua entrada na esfera produtiva significa que sua força de trabalho vai ser diretamente explorada pelo capital; que ela produzirá diretamente mais-valia. Mas o obscurecimento do caráter real da produção capitalista (que torna nebulosa a verdadeira origem da mais-valia) impregna a consciência dos agentes econômicos: assim como o operário não vê no salário o preço de sua reprodução, tão pouco vê no trabalho doméstico um elemento necessário para esta reprodução. Tudo se passa como se o operário sustentasse sua mulher. Porém, enquanto a mulher burguesa sofre a opressão específica de seu sexo, por um lado, por outro, explora a classe operária. A mulher operária sofrerá a opressão e a exploração. E mesmo a base econômica da opressão da mulher operária é diferente da burguesa: no primeiro caso, trata-se de, pelo trabalho doméstico, contribuir para a reprodução da força de trabalho, no segundo caso, a base econômica estará na transmissão da herança. Mas, o caráter mistificador da família está na sua aparente "universalidade", como se as determinações de classe não implicassem em conteúdos diferentes para funções aparentemente idênticas (reprodução biológica, educação das crianças etc.)

Nesta medida, sem falar na transmissão da herança (que é função da família das classes dominantes em todos os modos de produção em que existe a propriedade privada), a função econômica da família das classes dominadas, no capitalismo, seria, pois, reconstituir e reproduzir a força-de-trabalho.

O trabalho doméstico será, assim, um elemento que entra na determinação da força de trabalho. É evidente que com esta afirmação não descartamos a questão de ser o trabalho doméstico produtivo ou improdutivo. E qual seria, então, seu valor preciso. Digamos, provisoriamente, que ele não é um trabalho produtivo na medida em que: a) não valoriza diretamente o capital, b) não se realiza na esfera da produção mas sim na esfera do consumo. Mas, no entanto, é um trabalho necessário como elemento constituinte da reprodução da força-de-trabalho. A determinação do valor do trabalho doméstico deve ser feita da mesma maneira que qualquer mercadoria, pelo valor da força de trabalho da mulher. Isto é, pelos gastos da produção desta força (Capital, tomo II). Assim, sempre que o salário do operário estiver abaixo de seu valor, ou seja, que o impeça de reproduzir sua força-de-trabalho (e a de sua família), segundo certos padrões fixados historicamente, a mulher estará sofrendo também as consequências do aumento da taxa de exploração. Isto porque, seu trabalho doméstico, estando compreendido no salário de seu marido, a diminuição do valor real deste salário implicará na diminuição do valor real dos meios de subsistência que entram na reprodução da força de trabalho da mulher, enquanto fornecedora de trabalho doméstico.

E quando, impelida pela miséria, se vê obrigada a vender sua força de trabalho diretamente para o capital, sofrerá uma maior exploração de classe, na medida em que, pelo mesmo trabalho receberá um salário inferior

or ao dos homens. Além disso, sempre que não divida com seu marido os trabalhos domésticos, terá de realizar uma dupla jornada de trabalho : a jornada produtiva e a jornada "doméstica".

II- O PAPEL DA MULHER NA FAMÍLIA

Engels desmistifica a pretensa identidade da família com a natureza humana, mostrando que seu aparecimento coincide com o aparecimento da propriedade privada e que é seu caráter flexível que lhe permite adaptar-se aos sucessivos sistemas sociais e continuar existindo.

Uma rápida análise das organizações sociais através da História, nos permite afirmar que a perda do prestígio social da mulher está ligada à divisão da sociedade em classes e fundamentalmente à divisão social do trabalho, na medida em que ela permite a exclusão da mulher da esfera da vida pública:

" A divisão do trabalho repousa na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias isoladas e opostas entre si... implica, portanto, a propriedade privada cuja primeira forma, seu germen, reside na família, onde a mulher e os filhos são os escravos do homem ", e mais abaixo : " propriedade é a livre disposição da força de trabalho do próximo ". (A Ideologia Alemã).

Retomando a análise de Engels, algumas passagens merecem ser reafirmadas : o desenvolvimento das forças produtivas, aumentando a produtividade do trabalho, permitiu a acumulação de bens, a apropriação privada dos meios de produção e incentivou a relação entre as diversas comunidades dispersas, através da troca da riqueza excedente. Essa relação deu lugar a transformações fundamentais como a união de diversas comunidades, aumento da população etc., que colocou na ordem-do-dia : a exploração do homem pelo homem, cuja primeira forma foi a escravidão e a modificação do sistema estabelecido da transmissão da herança. Segundo o sistema de casamento grupal, vigente nas comunidades, os bens permaneciam na comunidade do morto ; como só a mãe era conhecida, os filhos pertenciam à comunidade da mãe e só herdavam dela. Esta ordem de coisas foi modificada num longo processo em que os descendentes de um membro feminino passaram a integrar a comunidade do pai. Essa revolução, segundo Engels, a mais profunda da humanidade, teve como consequência lógica a monogamia : exigir da mulher a fidelidade a um único homem para garantir a paternidade e, portanto, a transmissão da herança a filhos legítimos. É desta forma que a sociedade começa a organizar-se aos pares - marido e mulher - que com o nascimento dos filhos, constitui-se num núcleo individual, auto-suficiente e totalmente submetido à autoridade do homem. As consequências da monogamia compulsória para a mulher foram desastrosas :

" O homem empunhou as rédeas na casa ; a mulher se viu degradada, convertida em serviçal, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução ".

Se nas comunidades primitivas as tarefas de preparação de alimentos, vestiário, de utensílios domésticos e educação das crianças, confiadas ao coletivo de mulheres eram socialmente necessárias, já que garantiam a sobrevivência da espécie, com a instituição da família monogâmica elas perdem seu caráter de produção social para se transformar num tipo de serviço privado, feito por cada mulher, no interior de cada unidade

de familiar e destinado apenas ao consumo dos membros da família. A partir de então, a vida social se divide claramente em duas esferas: pública, domínio dos homens, que sofrerá constantes mudanças no decorrer da História, e a esfera privada, lugar da família, domínio da mulher, que se vê, assim, excluída de qualquer participação social que ultrapasse os limites de seu "lar". Esta estrutura celular não se modificará substancialmente, apenas sofrerá adaptações às transformações sociais.

a) a função econômica da mulher dentro da família no sistema capitalista.

Já vimos anteriormente como a divisão da sociedade em classes leva a uma nítida distinção entre a função econômica da família das classes exploradoras e a família das classes oprimidas. Assim, o trabalho doméstico ligado à reconstituição da força de trabalho é específico às mulheres das classes trabalhadoras que, vivendo com o salário do marido se vêm obrigadas a arcar diariamente com a compra e feitura de alimentos, roupas, cuidado da casa e educação de seus filhos, sendo que na maior parte dos casos, além do trabalho doméstico, se vêm obrigadas a trabalhar também ou como empregadas domésticas, nas casas de famílias burguesas, ou na indústria, recebendo um salário que complementa o do marido. Engels, via na entrada maciça das mulheres na produção industrial o primeiro passo para a igualdade entre os sexos e, pensando nos tempos futuros, chegou a dizer que as mulheres teriam de escolher ser "mães de família" ou operárias:

"Mas isto se deu de tal forma, que se a mulher cumpre com seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e não pode ganhar nada; e se quiser tomar parte na indústria social e ganhar por sua própria conta, lhe é impossível cumprir com seus deveres de família".

O desenvolvimento das forças produtivas, tornando a mais-valia relativa a forma específica do aumento da taxa de exploração da força de trabalho, na atual etapa do capitalismo, permite que as mulheres realizem, atualmente, uma dupla jornada de trabalho. Isto é, o nível dos salários reais nos países capitalistas é de tal ordem que obriga a incorporação da mulher à força produtiva mas, o fato de que a forma precípua de exploração da classe trabalhadora se faça pelo aumento da mais-valia relativa (e não pelo aumento da jornada de trabalho) possibilita que as mulheres das classes trabalhadoras possam compatibilizar o trabalho produtivo com as tarefas domésticas. Alguns dados estatísticos são bem significativos a este respeito: na Suécia, calcula-se que as mulheres consagram 2.340 milhões de horas anuais aos trabalhos domésticos, contra 1.290 milhões de horas à produção industrial; o Chase Manhattan Bank calculou que a semana de trabalho de uma mulher é, em média, 99,6 horas. De qualquer maneira, basta a observação empírica para constatar a super-exploração da mãe de família assalariada, cuja dupla jornada de trabalho a situa ao mesmo nível que os proletários ingleses, de que Marx fala, que trabalhavam mais de 16 horas por dia. Só que no caso da mulher operária a exploração do trabalho não aparece como escandalosamente desumana, (a não ser nas denúncias feitas por algumas feministas), pelo fato de que na consciência social as tarefas domésticas não são consideradas como funções econômicas precisas, mas como a "vocaçao natural" da mulher.

Para as mulheres das classes dominantes a situação é bem diferente: a elas não toca reconstituir a força de trabalho dos membros da

família, nem sequer educar os filhos, já que contam com a possibilidade financeira de desde cedo entregá-los ao cuidado de empregadas ou colocá-los em escolas maternas privadas. Este fato, na verdade, cria uma contradição dentro do movimento feminino, ou seja : embora sendo oprimida em quanto sexo, a mulher das classes dominantes é opressora enquanto classe.

Assim, se a função econômica da mulher proletária é reconstituir, através do trabalho doméstico, a força de trabalho não existe uma função econômica precisa no que concerne às mulheres burguesas, senão a de gerir, a nível doméstico, o orçamento familiar (que consiste, na prática, em comandar o acervo de empregadas) e, em alguns casos, funcionar como sócia menor do marido no ramo de atividade definido por ele.

É a classe capitalista que se beneficia amplamente do fato de que, sendo as mulheres socialmente orientadas para cumprirem sua " vocação natural " (as tarefas domésticas e a educação das crianças), é infima a porcentagem de mulheres tecnicamente qualificadas, o que as torna uma reserva de mão-de-obra barata, que se constitui, portanto, num dos principais elementos do Exército Industrial de Reserva. Assim, a força de trabalho da mulher é frequentemente utilizada no sentido de pressionar para baixo o nível dos salários reais. Desta maneira, a ideologia dominante, que faz da esfera privada o " local " da mulher, em oposição à esfera social (principalmente masculina), permite que a introdução da mulher na esfera produtiva (revestida de um caráter provisório e recebendo um salário de complemento ao do marido) se faça sob as condições de super-exploração de sua força de trabalho.

b) a mulher e a educação das crianças. A opressão da mulher e a moral sexual na sociedade capitalista.

Tendo sua origem ligada aos interesses das classes dominantes, a opressão da mulher, não só permeia a História, como em todos os períodos é respaldada objetivamente pelo conjunto das instituições jurídicas, políticas e ideológicas vigentes. Estas desenvolvem um trabalho, no plano das idéias, que consiste em fazer passar por " características biológicas e psicológicas da mulher ", uma situação de fato que tem raízes econômicas e sociais.

Assim, como contrapartida ideológica da divisão social do trabalho, aparecem os estereótipos, absolutamente opostos do homem e da mulher. A mulher é apresentada como : afeita às tarefas domésticas; abnegada; afetiva; fiel; passiva sexualmente; pacifista, embora ignorante das grandes questões políticas; não propensa ao estudo científico, ao esforço muscular etc., " características " estas que nada mais fazem senão a condicionar ao desempenho do papel de mãe e esposa.

O estilo de educação e condicionamento social impostos às mulheres, pela ideologia dominante, reproduzem na sua própria consciência e na sua atuação social as condições da desigualdade. Da mesma maneira, as distintas ideologias religiosas, os diversos órgãos de comunicação (imprensa escrita e oral, TV. etc.) como a coerção legal, exercida pelo código civil (que juridicamente estabelece a desigualdade dos sexos e a inferioridade social da mulher) são outros elementos que atuam no sentido de adequar, convenientemente, a mulher ao papel que a sociedade capitalista lhe reservou. É a " adaptação " da mulher à sua " vocação natu -

ral " implica também em torná-la uma depositária dos ideais mais conservadores da sociedade e, através da educação das crianças, uma das mais eficientes transmissoras da ideologia dominante.

Também na questão da sexualidade, o peso da ideologia dominante se faz sentir. É assim que se estabelece a assimilação da sexualidade à reprodução biológica, criando uma determinada moral sexual para a sociedade. Mas esta moral sexual é ambígua: vimos anteriormente como a divisão social do trabalho deu origem a duas esferas distintas (social e privada), tornando a esfera privada (doméstica) específica da mulher. Ora, é exatamente o estereótipo que considera a mulher diferente do homem que vai servir de base "objetiva" para que se forje todo um sistema moral duplo: ao homem é concedida ampla liberdade sexual antes e depois do casamento, já que o homem é considerado sexualmente ativo. No caso da mulher, a sexualidade é diretamente ligada ao casamento e à maternidade. Neste sentido, Alexandra Kollontai (La Mujer Nueva y la Moral Sexual, JP. Editor, México, pag.96) observa que:

"A concepção de desigualdade entre os sexos, até no domínio psicofisiológico, obriga a aplicar constantemente medidas diversas para atos idênticos, segundo o sexo que os tenha realizado". Isto é, a moral sexual burguesa permite ao homem estabelecer relações sexuais antes e de maneira paralela ao casamento, sem que com isto tenha de arcar com as consequências de ordem econômica, jurídica ou moral, como se dá no caso das mulheres, a não ser em casos extremos de violação de menores, por exemplo.

Em regra geral, a mulher além de ter sua sexualidade limitada à reprodução, nos casos "desviantes" o que se constata é que recai apenas sobre ela o peso repressivo da "moral de fachada" da sociedade, pelo veículo de uma jurisdição que tem sua base na velha idéia de que a mulher é a propriedade do homem.

Nesse sentido, a jurisdição não só consagra a injustiça sexual entre homens e mulheres, como, por outro lado, permite a exploração social de toda uma massa de indivíduos que são as prostitutas - uma espécie de sub-proletariado feminino - sacrificado para garantir a satisfação da sexualidade do homem "honesto" e proteger a virtude de mulheres "honestas", da burguesia, evidentemente.

A escravidão da mulher das classes trabalhadoras, que desde a infância se vê obrigada a assumir a manutenção da casa e o cuidado dos irmãos para que a mãe possa trabalhar, a dependência econômica levada a seu extremo - o desemprego -, a fome e a miséria que leva muitas mulheres de origem camponesa a buscarem emprego nas grandes cidades, a falta de instrução que as qualifique profissionalmente, os salários insuficientes para a sobrevivência etc., são algumas das causas que alastram o fenômeno da prostituição.

Atualmente, a própria evolução da sociedade burguesa: necessidade de incorporação das mulheres à produção, que lhes abre um campo de participação social, antes desconhecido; o considerável desgaste da concepção religiosa que liga o sexo ao pecado; o avanço da contracepção, que dissocia a relação sexual da maternidade e pode fazer desaparecer da consciência social a idéia da gravidez como sanção de uma falta cometida; o grande avanço da luta pelo divórcio, em alguns países capitalistas desenvolvidos, coloca em xeque a concepção da propriedade no casamento, ao

mesmo tempo em que desenvolve uma série de outras contradições de tipo cultural e social.

Vejamos, por exemplo o caso dos anticoncepcionais : na medida em que desvincula a relação sexual da reprodução, o anticoncepcional permite às mulheres, não só terem o número de filhos que quiserem, segundo suas possibilidades econômicas, mas também de desenvolverem sua sexualidade da maneira a mais plena. Fica claro que a possibilidade de controle da natalidade coloca em questão a moral conjugal que sustenta a família, o que por sua vez serve os interesses econômicos da burguesia.

Finalmente, é preciso ver que as conquistas obtidas pelas mulheres nos países capitalistas afetam de forma desigualmente as diferentes classes sociais. A falta de informação adequada, os problemas financeiros, etc., dificultam a utilização dos métodos anticoncepcionais mais modernos para grande parte das mulheres do proletariado e das demais classes populares. Por outro lado, é evidente que em países onde o aborto é proibido, as clínicas privadas estarão sempre dispostas a praticá-lo naquelas que puderem para tanto pagar preços extorsivos, enquanto que as mulheres das classes exploradas terão de correr em busca de qualquer "solução", caindo nas mãos de pessoas sem qualificação médica, com graves riscos para sua vida e saúde.

Isto significa que as mulheres burguesas terão sempre maiores facilidades para resolver seus problemas específicos (contracepção, aborto, divórcio), ao passo que as mulheres das classes dominadas, além das dificuldades já citadas, terão que se enfrentar ainda com a hipocrisia da lei burguesa. O que confirma o caráter de classe da legislação burguesa, para a qual a exploração do proletariado é bem mais importante que a opressão da mulher em geral.

Todas estas reflexões atestam a dificuldade de se propor (como o fazem as feministas sexistas) um programa de luta para a mulher em geral que faz abstração de sua condição de classe.

III- CONCLUSÕES

Avançar na compreensão da questão feminina significa fazer a análise integrada de todas as esferas onde se origina e reproduz a opressão da mulher. Sem no entanto fazer abstração das distinções de classe que opõem antagonicamente as mulheres das classes dominadas às mulheres das classes dominantes. A situação de classe determina formas qualitativamente diferentes de opressão da mulher, como pudemos ver no concernente à função econômica da mulher na família. Cabe pois aos marxistas aprofundar a questão da opressão específica da mulher no processo geral da opressão de classe. A partir da crítica à divisão social do trabalho capitalista na qual a operária é também "por vocação" dona de casa, mãe e esposa, devemos desenvolver intensa luta ideológica e política desmistificando a aparência "natural" das ocupações femininas e explicando o verdadeiro significado da inferioridade econômica e social da mulher na reprodução do capitalismo. Os marxistas brasileiros estarão contribuindo ao desenvolvimento desta luta se analisarem concretamente a situação da mulher brasileira sob a ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios. Não estarão assim esquecendo o enorme contingente de mulheres que, constituindo a metade da população, representam uma força indispensável à vitória da democracia e do socialismo.

Ao alinhar essas notas sobre a Plataforma Política do Debate não se busca fazer uma crítica do genero das que se limitam a separar o certo do errado e inventariar os aspectos positivos e negativos. Recusamos esse método. Considerado o nível de evolução de nossas pesquisas, de nosso intercâmbio, de nossas reflexões, como esquerda no conjunto, fará uma triste figura quem resumir sua intervenção à de um cavaleiro solitário que não cessa de repetir: "Escucha bien lo que digo, Sancho".

Nosso objetivo é também o de ir prestando contas de uma autocrítica do período vivido, do esforço de encontrar uma alternativa baseada numa dupla recusa: a das perspectivas que vigoraram no pós-64 e a das perspectivas que antecederam a 64, dentre elas a do Partido Comunista Brasileiro.

No artigo anterior, afirmamos que a evolução da classe operária é uma variável importante para se entender o comportamento da esquerda brasileira. Mencionávamos outras variáveis também importantes: a dinâmica da acumulação capitalista e a situação internacional. Gostaríamos de explicar como vemos essa influência do proletariado, antes de entrar no exame do período propriamente estudado, isto é o período que se inicia com o golpe de estado de 64 e a derrubada do governo João Goulart.

A título de ilustração gostaríamos de examinar a fase que corresponde ao colapso do anarquismo no Brasil, colapso fortemente influenciado pelo teste do movimento, na medida em que as greves realizadas entre 1917 e 1920 contribuíram para levar uma crise no interior do núcleo de vanguarda. Como se sabe, essa maré alta do movimento operário e popular refluíu sem que se lograsse uma organização independente e centralizada da classe operária e sem que se avançasse no esforço de estabelecer uma ponte entre o proletariado e outras classes e frações de classe brasileiras.

Conforme acentuam alguns autores que estudaram o período, houve importantes fatores conjunturais e estruturais articulando-se no sentido de enfraquecer a arrancada da classe operária rumo aos objetivos acima mencionados.

Era insignificante o peso numérico da classe operária no conjunto da sociedade, havia uma relativa fluidez na indústria e um predomínio de uma organização de trabalho baseada em técnicas artesanais. Tudo isto se somava com dificuldades ao nível da conjuntura, uma vez que o proletariado se enfrentava com uma sólida aliança das classes dominantes e um aparelho de Estado posto a seu serviço.

Nenhum desses fatores entretanto, alguns condicionando a base da existência do anarquismo, conseguiram absolver as idéias libertárias, quando a dinâmico movimento operário revelou, como um imenso espelho social, a imagem de sua impotência como perspectiva para guiá-lo em novas lutas.

A desmoralização que marca os primeiros anos da década revela portanto a incapacidade do anarquismo na sua mitificação das lutas espontâneas e no seu desprezo pela criação de uma organização autônoma e centralizada. E marca também o fracasso no sentido de adaptar-se à realidade brasileira, dotando a classe operária de uma tática que atraísse outras classes para uma política de alianças. Esse fracasso é particularmente especial pois

se baseou no transplante mecânico de preocupações e lutas que interessavam na Europa : o anti-clericalismo e o anti-militarismo. Dotar a classe operária de uma organização independente e centralizada, estabelecer uma sólida aliança com outras classes e interpretar de uma maneira original a realidade brasileira foram, portanto, os problemas não resolvidos. Passou-se muito tempo para que compreendêssemos como são de fato complexos esses problemas.

A inadaptação à realidade nacional (conforme sabemos grande parte dos operários eram estrangeiros) não valeu apenas o isolamento da classe operária de outros setores da sociedade mas permitiu também que, através da Igreja, a própria direita estabelecesse uma linha divisória no interior da classe operária ela mesma. Em 1920, por exemplo, o Centro Católico Metropolitano lançava a seguinte nota em São Paulo :

- O Centro Operário Católico Metropolitano, em assembléia geral realizada com a presença de representantes de todas as comissões distritais e centros confederados, votou a seguinte moção :

- Os operários católicos hipotecam incondicional apoio a todas as classes conservadoras na emergência atual (greve orientada pela Federação Operária) e declaram-se ao lado do governo para a repressão ao anarquismo, protestando contra as ligas que decretaram a pseudo-greve de solidariedade com elementos perigosos que só prejudicam o operariado. (Cita - do por Azis Simão - Sindicato e Estado. Dominus Editora - São Paulo, 1966)

A crise que se instala no núcleo anarquista já era desta maneira o resultado da crise do próprio movimento, era condicionada por ele e chamada a dar resposta aos problemas que ele, em sua dinâmica, colocava.

Para achar uma saída para o impasse, foi necessário examinar a situação econômica brasileira, recolher a experiência do movimento, confrontá-la com a experiência internacional. Essas operações são próprias da vanguarda. Não interessa examinar aqui com que grau de adequação foram feitas, especialmente no que diz respeito à assimilação crítica da experiência internacional. Nem interessa demonstrar como era difícil sair objetivamente do impasse na conjuntura de derrota que se inaugurava.

O que interessa é enfatizar que a passagem anarquismo-comunismo foi intermediada, entre outras, pelo movimento da classe operária, e não poderia ser representada falando grego, como diria Marx, isto é, em puros termos de tese, antítese e síntese. Esta passagem se apoiou no movimento objetivo que corrigiu as idéias da vanguarda. Corrigiu aqui, no sentido de que levou à prática as idéias libertárias, esgotou-as e já representava, em escala internacional, outras respostas mais avançadas.

Qualquer exame do anarquismo na época tenderia, portanto, ao fracasso, se fosse limitado ao exame de duas idéias, se simplesmente buscasse se opor a ele enquanto idéia, para se compor adiante, ainda no terreno das idéias. Isto fica muito claro quando lemos, por exemplo, em Astrogildo Pereira (um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro) a afirmação de que a complexidade do movimento era muito grande em relação às respostas do anarquismo, ou quando vemos o movimento real da acumulação, impulsionando um processo crescente de concentração na indústria, fato que para o primeiro editorial da Classe Operária, em 1925, já colocava diante do movimento a necessidade de buscar novas e mais sofisticadas formas de organização.

Para completar a ilustração, gostaria de enfatizar que o balanço crítico do anarquismo passou, como não poderia deixar de ser, por um balanço crítico da luta de classes no Brasil num período que pelo menos compreendeu a faixa entre os anos 80 e 1920.

Esse mesmo tipo de exame poderia ser retomado, sob um novo ângulo, um pouco mais adiante no tempo. Durante o Estado-Novo, por exemplo. Ao analisarem as relações sindicato-estado que se inauguram naquela época e,

no que tem de essencial, arrastam-se até hoje, os teóricos da realidade brasileira privilegiaram vários aspectos. Um deles, e muito frequente, foi o que demonstrava como a burguesia assimilou a experiência internacional, a través da adaptação para o Brasil da legislação do trabalho italiana, em vigor na época de Mussolini. Um outro, e não menos importante, foi o de explicar o surgimento do conjunto da legislação trabalhista e, em especial da fixação do salário mínimo, à luz da conjuntura da luta de classes, da oposição entre o núcleo agrário-exportador e o setor industrial. Nesse quadro, o salário mínimo mesmo representando um aumento do salário médio e, potencialmente, uma ameaça à acumulação, justifica-se pelo capital político que representaria um apoio das classes trabalhadoras sempre que essa contradição tivesse de se resolver num campo mais geral, das eleições universais.

Outras hipóteses não menos valiosas, apontam a adoção do salário mínimo como uma necessidade da acumulação e objetivamente como o resultado de uma baixa no salário médio, através da intervenção estatal.

Não pretendemos entrar a fundo nessa discussão por falta de espaço. Consideramos entretanto que a acumulação e sua dinâmica nem sempre se expressam de uma maneira retilínea. Os números apresentados até agora quando se examina a questão do salário mínimo indicam que ele realmente foi uma melhoria, considerando-se o salário médio. Em segundo lugar, o apoio da classe operária e através dele uma futura consolidação no aparelho do Estado poderia representar uma visão de acelerar o processo acumulativo, pelo canal de um maior controle dos mecanismos oficiais. A acumulação mediada pela luta de classes é um fenômeno que me parece muito mais claro e inteligível que o processo econômico sozinho.

Nessa hipótese, para fortalecer, e num certo sentido autorizar o método com o qual examinaremos a autocrítica do após-64, é a de que houve também uma influência clara da contradição proletariado-burguesia na formulação do conjunto das leis trabalhistas. E vamos tentar estabelecer o itinerário dessa influência a partir do princípio do século, localizando-a no próprio movimento operário.

Se olharmos de perto a legislação trabalhista de Vargas e o curso do movimento, podemos constatar que ela soluciona uma faixa de contradições latentes ou expressas nas próprias lutas da classe operária. E se formos um pouco mais longe veremos que algumas dessas contradições opunham burguesia e proletariado e outras contradições, por seu lado, expressavam-se no interior mesmo da classe operária.

Num balanço das lutas operárias em São Paulo, Azis Simão mostra que a questão salarial sempre esteve no centro das reivindicações. Mas ali há um outro problema que percorre todo o início do século e mesmo em 1934 ainda é tratado no curso de uma greve: a cobrança de multas por parte das empresas.

Essas multas, além de representarem uma ameaça ao salário real dos trabalhadores, eram fortemente condenadas pelo uso que as empresas faziam delas. O montante cobrado era redistribuído por caixas assistenciais dirigidas pelas próprias empresas, representando um elemento potencialmente perigoso para a evolução do nível de consciência e organização da classe operária.

Assim, o I Congresso Operário, realizado em 1906 afirmava:

- 1) O Congresso aconselha a resistência contra as multas
- 2) Aconselha aos trabalhadores a não fazerem parte das caixas assistenciais que redistribuíam a multa.

Hã notícias de que as multas atingiam às vêzes um terço do salário e também de que eram complementadas por descontos compulsórios, destinados a fortalecer o sistema de redistribuição através das caixas.

O que isso representava de mais importante na época, os trabalhadores não tiveram dificuldades em localizar. A tensão autonomia-dependência resolvida a favor dos patrões através da redistribuição das próprias parcelas salariais era o foco da luta que travavam contra as multas.

Essa forma de domínio do movimento não era, portanto, alheia aos capitalistas individuais. Que tenha sido resolvida num outro contexto, em outra conjuntura, e em outro nível, não significa que a burguesia brasileira tivesse que ir muito longe para inventá-la : já era uma proposição do movimento, visto do ângulo das próprias formas de luta que o patrão isolado ia criando no embate contra as greves.

Uma outra contradição, esta existente já no interior do próprio movimento operário, era a que opunha associações assistenciais (mutualistas) e os sindicatos como movimentos reivindicativos. Com os dados de que se dispõem a respeito das mutualistas em São Paulo (citados por Azis Simão) observam-se que as primeiras datam de 1872 e que até 1900 criaram-se, pelo menos, 19, na capital, aumentando-se esse número em mais 25, até 1917 e mais 14, em 1925.

Algumas estimuladas pela Igreja, outras criadas independentemente, as mutualistas eram, sem dúvida um centro de atrações para a classe operária, lançando permanentemente a questão sobre o que fazer com elas. Condená-las, absorvê-las na estrutura sindical, ou mantê-las paralelamente ?

O I Congresso Operário convidava as associações assistenciais a intitulem-se sindicatos e dar principalidade, em seu trabalho, à luta contra os patrões, à resistência operária.

A tensão entre assistência e resistência foi portanto objeto de longas discussões às quais as classes dominantes não só assistiram como influenciaram. Quando ela se resolve de alguma forma, num outro contexto e ao nível de Estado na legislação trabalhista de Vargas, é muito provável que toda essa experiência histórica tenha sido recolhida.

A trajetória da função assistencial nas organizações operárias é, portanto, um exemplo de como a luta de classes vai influenciando as decisões a partir de opções que já existem dentro do movimento. A assistência começou de fora dos sindicatos, opõe-se a eles, integrou-se neles e passou a ser seu aspecto principal, na medida em que a conjuntura ia se tornando mais desfavorável, na medida em que ia se alterando a relação estrangeiros-nacionais e também na medida em que o peso numérico e social da classe não apresentava para as classes dominantes uma solução puramente policial mas sim uma solução combinada onde repressão e uma estrutura legal teriam que se combinar.

Depois desta mais ou menos longa digressão, seria necessário entrar no período que queremos autocriticar, com o propósito de dar um balanço na luta de classes no Brasil, pelo menos durante a década dos 60. Se examinamos o conjunto da esquerda, vemos que esse balanço é incompleto, apesar, repetimos dos esforços isolados, dentre os quais destaco o do Debate, que sucessivamente publicou artigos e análises sobre o movimento dos marinheiros, sobre a luta na zona dos canaviais em Pernambuco e sobre as manifestações estudantis, para ficar apenas nos exemplares de que disponho.

Um amplo quadro das lutas operárias no Brasil seria necessário como fundamento da autocrítica. Nos limites de um trabalho individual e da forma de exposição (um artigo de revista) isso se reduzirá aqui a algumas notas indicativas, onde se procura estabelecer sempre uma posição sobre o que se passou e o que está por vir.

É um lugar-comum afirmar que necessitamos conhecer melhor a classe operária brasileira. É também um lugar-comum reconhecer um profundo divórcio entre as proposições da esquerda e o comportamento das amplas massas trabalhadoras. O que era portanto a classe operária no período em que se instala a crise no interior do Partido Comunista Brasileiro e surge um dos mais numerosos núcleos da nova esquerda ?

Mais adiante veremos que entender isto poderá inclusive precisar um pouco mais os termos nova esquerda e esquerda tradicional, uma vez que um importante setor do proletariado se desenvolveu a partir da década dos 50 e sobre ele o PCB praticamente não exerce nenhuma influência.

A ESTRUTURA DA CLASSE OPERÁRIA

Quando se examina o problema do crescimento da classe operária brasileira, sua distribuição entre os ramos de produção, a "abundância" relativa da força de trabalho, quase sempre dispomos de um grande volume de estudos estatísticos, de ensaios demográficos que em quase nada nos ajudam. Isto porque, mais especialmente no caso do Brasil, essas exposições começam por falar sobre o crescimento demográfico do País, sua distribuição pela Cidade e Campo, concluindo, como não poderia deixar de ser, que os grandes centros crescem numa proporção de 5 por 1, isto é que dos 3 por cento de crescimento anual da população, a cidade contribui com 2,4 por cento e o campo com apenas 0,6 (1)

Essas longas exposições, apesar de seu valor empírico, conduzem-se sempre na direção de afirmar que esse tipo de crescimento acaba provocando grandes problemas urbanos ao nível da habitação, serviços sanitários e sociais e sobretudo de empregos.

É uma maneira de raciocinar extremamente perigosa pois subentende que o problema de empregos no Brasil é diretamente relacionado com o crescimento da população, que depende desse crescimento, que é um resultado da intensa atividade multiplicadora das famílias operárias. Outros, não satisfeitos em lamentar a reprodução operário-camponesa, deploram que ela se dê ainda nas zonas mais pobres e propõe, numa antecipação da faraônica Transamazônica, deslocamentos maciços. É o caso do S.H. Robock, em seu *Brazil's developing North-East* (Washington, 1963) onde referindo-se ao problema da mão de obra no Nordeste, enuncia :

- Mesmo fixando um objetivo modesto à superfície das explorações agrícolas e dando-se um aumento substancial de terras cultiváveis, aproximadamente a metade da população, seja mais de sete milhões de pessoas devem ser dirigidas para outras regiões agrícolas ou rumo a atividades não agrícolas.

(1) Ver entre outros *Revue Internationale du Travail* - número 4
A.B. Aaroz, Genebra, abril de 69.

Sabemos todos que o marxismo procura examinar o assunto de um outro ângulo. Marx, no Tomo I do Capital, não somente inverteu a investigação do tema, mas também o colocou de pé, no sentido de que a retirou da cama e a instalou na esfera da produção que é seu verdadeiro lugar. Não é por acaso que ao abordar o assunto desde o início dispõe-se a constatar os efeitos da acumulação sobre a classe operária.

Para ele, o fator mais importante da investigação, seu autêntico ponto de partida era a composição orgânica do capital e as modificações por ela experimentadas no transcurso do processo acumulativo. Daí examinando várias hipóteses de acumulação, ele demonstra que são as variações absolutas na acumulação de capital as que se refletem como variações relativas da massa da força de trabalho explorável, o que muitas vezes nos induz a crer que são variações próprias da massa da força de trabalho.

Em termos matemáticos, ele exprimiu o problema assim:

-A magnitude da acumulação é a variável independente, a magnitude dos salários a variável dependente e não o inverso.

A principal preocupação a ser retida é o exame do problema sempre do ponto de vista da acumulação e não do ângulo que o apresenta como se às vezes faltassem trabalhadores ou às vezes sobrassem trabalhadores. A acumulação no seu curso coincide com um processo de concentração, quer dizer com um controle cada vez maior sobre uma massa de meios materiais e um crescente exército de operários. Nesse sentido o processo de acumulação supe, como é natural, um aumento do proletariado. Mas ao se reproduzirem em escala maior e com base no progresso técnico os capitais necessitam de uma menor quantidade de força de trabalho para por em movimento uma massa superior de instrumental e matérias primas. Daí:

Ao produzir a acumulação de capital - afirma Marx - a população operária produz também em proporção cada vez maiores o seu excesso relativo.

Essa lei específica do modo de produção capitalista vigora no Brasil e preside nossa preocupação ao examinar os quadros que se seguem. Mas como o Brasil é um país com características próprias (a extensão das terras não cultivadas por exemplo) e um país que se desenvolve sob a agressão do imperialismo, outras observações terão de ser discutidas.

O espaço não permitindo um debate minucioso sobre a elaboração do quadro (reproduzido na página seguinte) nem sobre a adequação de sua nomenclatura, remeto os interessados para uma leitura dos cadernos 3, 13 e 15 do CERRAP, onde sucessivamente são tratados os temas, sob o título de Força de Trabalho e Emprego no Brasil, Estrutura do Emprego e Trabalho Feminino e Composição da População Brasileira, respectivamente.

As tendências verificadas por Paul Singer revelam entretanto, no nosso entender, esse duplo movimento da acumulação que de um lado aumenta o proletariado (aumento das taxas de participação) e de outro produz uma crescente sobrepopulação relativa (aumento das taxas de desocupação). De um modo geral o processo acumulativo brasileiro não é contraditório não somente no sentido de malbaratar o potencial produtivo mas é deformado também mesmo do ponto de vista capitalista, quando posto em relação com outros países desenvolvidos, onde se vê claramente que ainda se está muito longe de uma situação de "pleno emprego".

O autor trabalha assim no exame das tendências :

a) Redução das taxas de participação dos grupos mais jovens entre os quais, no entanto continua alta a desocupação. A expansão da rede escolar retém fora da Força de Trabalho uma parcela crescente dos jovens de 10 a 19 anos. Dos que estão em condições de participar da FT, porém, uma parcela ponderável fica desocupada.

b) Nos grupos mais favorecidos, de 20 a 54 anos, as taxas de ocupação se mantem durante todo o período, em níveis muito elevados, iguais ou superiores a 90 por cento. Nesta idade os homens no Brasil participam em alta proporção da FT e geralmente encontram ocupação. As taxas de desocupação, no entanto tem aumentado mesmo para esses grupos etários de 6 a 7 por cento em 1969 (grifo do autor)

c) São os homens mais velhos que sofrem a evolução menos favorável. Suas taxas de desocupação se elevam fortemente. Entre 1940 e 1969, o grupo de 55 a 64 anos apresenta uma queda em sua taxa de ocupação de 91,3 por cento para 86,1 por cento. Para o grupo de 65 anos e mais, a taxa de ocupação caiu de 76,1 por cento em 1940 para 51,4 por cento em 1969, ao passo que a taxa de desocupação aumenta também em maior proporção : 20 por cento em 1940 para 43 por cento em 1969.

No que diz respeito ao crescimento de um exército industrial em potencial, uma vez que a uma certa idade no Brasil o desemprego também é certo, pesou muito no nosso entender a própria conjuntura da luta de classes, na qual se criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, eliminando a estabilidade aos 10 anos.

Adiantando um pouco no exame e vendo a estrutura do emprego se distribui pelos vários setores, os dados indicam que em 69 o setor Primário absorveu ainda 43 por cento, o Secundário 18,8 por cento e o Terciário 38,1 por cento. Em outros momentos, vamos tentar contornar algumas dificuldades que decorrem dessa nomenclatura do trabalho que utiliza os censos de 1920, 1940, 1950, 1960 (amostra de 1,27 por cento) e do PNAD referente ao terceiro trimestre de 69, cobrindo no conjunto o período de 50 anos. Eis algumas observações de P.S.:

1) Verifica-se que o emprego no setor primário (Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Extração Vegetal) tende a decrescer em termos relativos sendo a queda mais acelerada a partir de 1940. Entre 1920 e 1940, o decréscimo foi reduzido de apenas 2,3 pontos de porcentagem em 20 anos. Neste período a industrialização do País parece não ter sido suficientemente vigorosa a ponto de alterar significativamente a participação do primário no emprego.

2) A partir de 1940, a diminuição do Primário se acelera de década para década : 4,3 pontos entre 1940 e 1950, 6 pontos entre 1950 e 1960 e 11 pontos entre 1960 e 1969.

- Embora em 1969, o setor primário tenha sido o que ainda maior volume de Força de Trabalho absorveu, a tendência indica que, em pouco tempo ele deixará de representar esse papel. É interessante notar porém que em termos absolutos o emprego primário quase duplicou desse meio século, porém o emprego total mais do que triplicou, passando de 9,6 milhões em 1920 para 31,6 milhões em 1969.

- Em outros termos : das 20 milhões de pessoas adicionais que

se incorporam à força de trabalho nesses 50 anos, cerca de 30 por cento ou seja 6 milhões empregaram-se na agricultura. O fato do emprego agrícola ainda crescer em termos absolutos pode ser atribuído ao baixo índice de mecanização desta atividade que de um modo geral ainda é praticada no Brasil com métodos ainda pré-industriais e ainda ao incremento da demanda devido às altas taxas de crescimento vegetativo e de urbanização da população.

- Por outro lado é preciso considerar que a disponibilidade de terras agriculturáveis ainda não ocupada permite a uma crescente massa humana se inserir no setor de subsistência. É interessante notar que os censos agrícolas registraram 109016 estabelecimentos de ocupantes em 40, 208.657 em 1950 e, em 1960 356.502. A ocupação de terras, neste caso, é a forma pela qual muitos ganham acesso aos meios de produção, acesso que lhes é dificultado pelas vias normais do mercado de trabalho.

- Em outros termos, muitos dos que migram para as faixas pioneiras e se tornam ocupantes de terras procedem de áreas em que a "ofertas" da força de trabalho é muito grande em relação à procura.

É no setor industrial, principalmente no período pós 1950, que vão se dando transformações interessantes para nosso estudo posterior. Paul Singer observa, em seu trabalho, que entre 1950 e 1960 o emprego relativo decresceu no setor industrial, ocorrendo o contrário no período entre 1960 e 1969 onde de um forte aumento relativo na indústria quase o recoloca em sua tendência histórica.

A conclusão a que ele chega ao constatar que houve um aumento de 135 por cento no produto industrial, durante o período entre 50 e 60 sem que se alterasse a proporção do emprego no produto total (14 por cento) é o de que houve um tal aumento da produtividade no setor que toda a industrialização no período só serviu para manter a proporção antes existente.

Por aí se vê, como na indústria, o aumento do capital total se deu com um decréscimo relativo da parte dedicada aos salários, hipótese muito frequente mas que não é a única possível, dependendo das características do momento da acumulação que se estuda.

Na década que se segue (a década que vamos examinar mais de perto a movimento político) houve um novo avanço do emprego total na indústria, subindo para 18,8 por cento, um ganho portanto de 4 pontos sobre 1960 . Isto não significa entretanto que a parte dos salários cresceu mais do que o capital social mas reflete uma nova característica da acumulação.

- A industrialização na década dos 50 caracterizou-se por mudanças tecnológicas mais acentuadas que se deram mediante a substituição acelerada da produção artesanal pela produção fabril, além da modernização dos métodos de produção pela introdução de equipamento importado. Esta tendência ao "aprofundamento" do processo de industrialização no período 1950-1960 pode ser verificada de várias maneiras. A produtividade cresceu, neste período de 87,5 por cento, ou seja a uma taxa de 6,5 ao ano. Comparando-se os dados sobre o emprego nas indústrias de transformação apresentados pelos censos demográficos e os censos industriais, verifica-se que entre 1950 e 1960 ele deve ter crescido 25 por cento de acordo com os primeiros e 35,6 por cento de acordo com os últimos.

- Um elemento adicional na compreensão desse período é a redução

da parcela do Valor de Produção da Indústria, representado pelos estabelecimentos muito pequenos, a qual cai de 12,6 por cento em 1949 para 5,1 por cento em 1959 (sobre esse ponto ver Debate número 14, Fernando de Andrade, Estrutura da Indústria no Brasil). No período de 50 a 60 verifica-se também certa concentração de capital na Indústria. A participação no valor das indústrias que ocupam 100 ou mais operários passa de 56,2 por cento em 49 para 60,9 por cento em 1969. Esta concentração de capital deve ser encarada como uma das consequências das transformações tecnológicas na indústria, já que os ganhos de escala são dos mais importantes fatores na elevação da produtividade. O aumento da produtividade do trabalho foi mais intenso nos estabelecimentos maiores: 60 por centos nos que empregavam mais de 100 operários, 65 por cento nos que empregavam de 100 a 499, e 92 por cento nos que empregavam mais de 500 sendo, finalmente, de 89 por cento nos que empregavam mais de mil.

Ao comentar o período que se segue, PS aponta dois fatores importantes no crescimento do emprego industrial, crescimento relativo é claro:

a) Esgotamento do processo de substituição das unidades artesanais, ou pelo menos perda do ímpeto nesse processo,

b) expansão de ramos novos tais como material de transporte, material eletrônico e elétrico e química. Do emprego industrial total esses tres generos absorveram 16,9 por cento em fins da década dos 60, contra, por exemplo 6,9 por cento em 49. Nestes generos a atividade artesanal deve ter sido ínfima ou nula desde o início, pois os seus produtos já são resultado de uma tecnologia industrial avançada.

Mas um outro argumento, no nosso entender, deveria ser avaliado com seu peso especial: o fato de que o desenvolvimento da década se deu baseado num aproveitamento da capacidade ociosa da indústria, fator que para Roberto Campos por exemplo era uma das chaves do "milagre". Nesse caso o crescimento do capital deve se dar com um crescimento de sua parte variável, isto é do montante dedicado aos salários, sempre e na medida em que a composição orgânica permaneça a mesma. Como vimos não houve só o aproveitamento da capacidade ociosa mas também a inclusão de ramos novos e introdução de novas técnicas, enfim um complexo de fatores. Mas na medida em que se deu um aumento relativo do emprego na década, parece-nos que se deveu principalmente ao aproveitamento da capacidade ociosa.

Finalmente, quanto à produtividade do trabalho, enfatiza-se a distância entre a agricultura e a indústria, mostrando-se como no Brasil esse desnível é superior a de todos os países mais desenvolvidos: entre nós ele vai na proporção de 1 para 5, enquanto na Bélgica ou na Grã-Bretanha, a distância é de menos de 1 para 2.

Alinhando a título de conclusões que serão usadas adiante, queremos enfatizar:

a) O processo de acumulação no Brasil aumenta progressivamente o número de operários. Na medida em que se desenvolve a acumulação cria-se entretanto a base de uma crescente superpopulação relativa de operários - um maior exército industrial de reserva.

b) O processo de reestruturação industrial que se deu especialmente na década dos 50 e que, parcialmente, segue-se até hoje, criou novos empregos ao mesmo tempo em que destruiu outros. O setor criado em função da

introdução de novos e modernos ramos se desenvolveu em favor de trabalhadores qualificados. O setor destruído atingiu grande parte dos operários, apresentando assim uma crescente desqualificação.

c) A década em que a nova esquerda se lança em atuação é uma em que, apesar do aumento do emprego relativo, há uma forte pressão do Exército Industrial de Reserva de um lado e de outro a manutenção de relativas boas condições para os técnicos, os operários especializados e qualificados. Sobre esse ponto: as necessidades anuais pelo Plano de Ação de 66 era a de formação de 5 mil técnicos, 10.000 mestres, 60.000 qualificados e 150.000 especializados, necessidades bastantes superiores ainda à capacidade do SENAI e dos cursos de formação nas próprias empresas.

Representadas num quadro mais amplo do que o da transformação na estrutura do emprego, as décadas a que nos referimos, especialmente depois do Governo Kubistheck chegar ao poder, refletem um crescente avanço do grande capital na indústria pesada e na indústria de "bens de consumo duráveis" ao mesmo tempo em que acentua o declínio dos setores mais tradicionais, aqueles voltados para a produção de "bens de consumo não duráveis".

As características desta passagem na qual desloca-se o eixo hegemônico na economia para o capital monopolístico são objeto de grandes discussões de inúmeros trabalhos na esquerda. No que diz respeito a estrutura da classe operária entretanto ela representou profundas modificações. Para começar as grandes empresas, aquelas com mais de 500 empregados, apesar de representarem, em 69, somente 1,8 por cento do número total de estabelecimentos industriais, já ocupavam 37 por cento do emprego industrial total (1)

A crescente importância dos setores mais modernos da indústria, a crescente concentração, do ponto de vista da classe operária, apresentaram um aspecto novo para o exame da esquerda: o desenvolvimento de um setor moderno do proletariado, ligado a esses ramos pesados e de bens duráveis, concentrado em grandes empresas e por último mas não menos importante, com um crescente número de operários especializados, melhor equipados culturalmente e sofrendo um peso relativo menor do Exército Industrial de Reserva.

Que consequência se tirou do crescimento em número e importância desse proletariado? Que peso se deu ao surgimento de um número maior de operários especializados, capazes de serem uma sólida base de articulação do conjunto da classe, uma peça fundamental do partido?

Se no conjunto da economia, o deslocamento do eixo hegemônico rumava para o grande capital estrangeiro, do ponto de vista da estrutura da classe operária o eixo também se deslocava para os setores mais modernos, cuja importância escapou ao Partido Comunista Brasileiro e também ao conjunto da nova esquerda.

Nos anuários do IBGE relativos ao período de 59 já se podia ler o crescimento do setor metalúrgico e o decréscimo em números absolutos no setor têxtil por exemplo. No total geral dos empregos do país, metalurgia, material de transporte, material elétrico e mecânica já representavam 23,4 por cento contra 24,4 por cento em têxteis. Em 55, essa relação era de 31,2 por cento em têxteis contra 18,5 nos setores acima mencionados.

(1) Citado por Fernando de Andrade (Debate 14.)

Em linhas gerais essas transformações não foram objetos de intensas discussões na esquerda. Isto não significa nem muito menos que deixaram de influenciar o debate na década dos 60. As próprias teses de Jamil eram a supervalorização de um aspecto do problema, se bem que apresentadas com todo um enfoque e terminologia próprios : o crescimento do Exército Industrial de Reserva.

Algumas pesquisas mais recentes, partindo é claro da incompreensão que o Partido Comunista Brasileiro revelou para as transformações que se davam, demonstram que o movimento sindical concentrou-se nos setores tradicionais, sendo muito frequentes as greves contra atraso de pagamento e não cumprimento de acordos, típicas das empresas decadentes. (1).

Um pouco mais adiante, ainda segundo a mesma fonte, o centro de gravidade do movimento sindical desloca-se para o setor público, onde se deu 57 por cento das greves no período de 56 a 63. E nesse período era evidente para todos nós que a reivindicação econômica tornar-se o aspecto secundário do movimento sindical, orientado pelo PCB, pois seu centro tático eram as reformas de base.

Alguns trabalhos que examinam as greves políticas do período acenam que seu êxito quase sempre dependia da disposição de tolerância das forças armadas, de um lado, e de outro, "do nível de degradação dos salários, fato fundamental para a conquista da massa operária em determinado momento".

O peso e a importância que o PCB deu à aliança com uma burguesia nacional, muito mais importante em suas teses do que na realidade, foi um dos pontos, creio, mais criticado nas diversas cisões que o Partido experimentou. No confronto com novos trabalhos sobre o período, constata-se que também foi muito pequeno o peso do PCB nesse proletariado mais moderno. Não seria essa a base social para a arrancada da nova esquerda e não seriam, dentro dela, os operários especializados um suporte inicial para a implantação no setor ? Os fatos posteriores à cisão nos conduzem a achar que sim apesar de que, pelo menos para nós, a consciência dessa possibilidade não existia na época. O setor da indústria pesada e dentro deles os operários especializados é um manancial político que não escapará a ninguém, nem a burguesia. O fato de que esses trabalhadores com melhor bagagem cultural podem assimilar mais facilmente o marxismo e o fato de que a relativa pressão do Exército Industrial de Reserva sobre eles é menor, possibilita amplamente uma evolução favorável de suas lutas. A maioria das reações a respeito desse problema eram contudo hostis na época. Os operários especializados eram considerados como potencialmente negativos às idéias de esquerda, eram o polo oposto dos "marginais" explosivos e dispostos à luta imediata.

Como o objetivo não é o de comentar a cisão pois a autocrítica iria longe demais, vamos examinar o proposto desde o início : a crítica que o próprio movimento na sua complexidade ir impondo não só às concepções do partido mas também às nossas concepções. Assim como em 22 estrutura econômica e movimento iam se tornando complexo a ponto de esgotar nossas respostas o movimento e a estrutura social também se complicaram a ponto de nos colocar pelo menos provisoriamente na esteira da história, nessa década de 60.

(1) Trabalhos de Francisco Weffort

A ENERGIA ELÉTRICA

Martha Alves

O problema da energia elétrica esteve durante mais de 20 anos no centro da luta política entre a corrente nacionalista e o entreguismo. A questão reaparece em vários momentos cruciais da vida política brasileira depois da 2a. guerra mundial.

No começo da década dos 50, a política de industrialização pôs em evidência uma série de pontos de estrangulamento nos setores de base e em especial no setor de energia elétrica. A participação do setor público na capacidade instalada e produção de energia elétrica era ínfima, montando em 1952 a 7,5 % da potência pertencente as empresas privadas e auto-produtoras. A capacidade instalada das auto-produtoras (pequenos geradores instalados para auto-consumo em zonas rurais ou para suprir deficiências do sistema de distribuição central) era de aproximadamente 10 % do total, porcentagem esta que se mantém relativamente estável até nossos dias embora tenda a crescer a curto prazo. Quanto as empresas privadas, que tinham a maior parte da potência instalada e funcionavam como concessionárias de serviço de utilidade pública, eram na sua maior parte filiais de grupos estrangeiros (essencialmente a American Foreign Power & Co. do grupo Bond and Share e a Brazilian Traction do grupo Alcan que controla a Light).

Em 1953, Getúlio Vargas propunha a criação da Eletrobras, sociedade de capital misto com controle estatal, que deveria assumir o controle dos investimentos federais no setor. O projeto da Eletrobras ficou engavetado no Congresso. A 31 de janeiro de 1954, Getúlio voltava a carga dizendo: "Nestes últimos 10 anos, o desenvolvimento do Brasil tem exigido um aumento da produção de energia elétrica na base de 14 % ao ano. As empresas concessionárias não dispoem mais de capital, tem recorrido a empréstimos. Não podendo mais dar garantias tem recorrido às garantias do governo (...). Informações positivas que foram colhidas num levantamento feito em quatro empresas em São Paulo apontam uma majoração de 38 milhões 803 mil e 21 dólares no capital e 24 milhões 708 mil e 679 dólares nos empréstimos, além de 1 milhão, 366 mil e 671 libras no capital e 613 mil 307 libras nos empréstimos. Este fato ainda não é tudo. Podem essas empresas câmbio para pagar as instalações a serem feitas. E podem uma base média de 30 milhões de dólares por ano. Nessas condições não há investimento. Se fornecer através do câmbio os dólares para a compra de instalações, onde está o capital estrangeiro? Uma instalação de energia elétrica exige em média, 30 % de compras no exterior e 70 % de obras que podem ser feitas com pessoal e material nacionais. Já verificamos que as empresas concessionárias não podem arcar com a responsabilidade dos investimentos. Já verificamos ainda que a parte de capital nacional pode ser suprida por nós mesmos. Já verificamos que a parte de capital estrangeiro destinada à compra de maquinismos e instalações só é fornecida mediante garantia do governo. Nessas condições seria incúria governamental permitir que o consumo de energia estivesse produzindo renda em divisas sem investimento efetivo de capital. É claro que esse programa vem ferir frontalmente os interessados nesse negócio. Mas para tudo há um limite. É a resistência do povo estabeleceu esse limite intransponível." (citado por Werneck Sodré em a Historia da Burguesia Brasileira.)

Segundo Werneck Sodré, após um libelo assim constituido, "a sorte de Vargas estava lançada. E efetivamente, na carta testamento de Getúlio, a questão da Eletrobras aparece como tendo sido "obstaculada até o desespero" pelos grupos internacionais aliados a grupos nacionais.

Foi no governo de Jucelino com o Plano de Metas (1957 - 1960) que a participação do setor público na produção de energia elétrica começou a elevar-se. O Plano fixava o objetivo de aumento da capacidade instalada de energia elétrica a 5 milhões de Kw para 1960 e também projetava o começo de obras que elevassem a capacidade em mais de 60% para 1965. Essas metas foram relativamente alcançadas. O esforço de construção se concentrou basicamente em grandes usinas hidrelétricas, embora se tivesse também dado início à construção de termo elétricas a base de carvão mineral. Os investimentos elevados que exigiam esses projetos, seu longo tempo de maturação e sua baixa rentabilidade fizeram com que o setor público ampliasse muito sua participação como produtor de energia elétrica chegando a 23,4% em 1961. Todavia como aponta Werneck Sodré: "A construção de barragens em grandes proporções, como as de Furnas e Três Marias apoiadas em recursos nacionais e técnica nacional, foi lenta e os empréstimos estrangeiros a elas destinados trouxeram cláusulas tradicionais de dependência (compra de materiais no mercado americano) mas também relações novas e futuras particularmente ligadas à distribuição. Assim o estado tomava a si o ônus, isto é, a produção da energia, e os monopólios estrangeiros as vantagens, isto é, os lucros da distribuição, tal como vinha acontecendo em Paulo Afonso." (Historia da Burguesia Brasileira).

Em abril de 1961, Janio Quadros então Presidente da República, sanciona a lei de criação da Eletrobras, aproximadamente nos mesmos moldes do projeto apresentado por Vargas. Sempre segundo W. Sodré "Contra ele se desencadeou campanha idêntica à que havia sido desencadeada contra Vargas, e o presidente optou pela renúncia..." (Op. cit.)

O problema da energia elétrica também aparece no governo de Goulart e é causa de um lado de profundas divergências com Brizola e de outro de fortíssimas pressões do imperialismo. Brizola quando governador do RGS havia expropriado a subsidiária gaúcha da American Foreign Power (AMFORP). Considerando que os lucros ilegalmente remetidos para o exterior excediam em muito o valor das instalações, a expropriação foi feita sem indenizações. Pelo contrário, na ação judicial de expropriação, o governo gaúcho reclamava a devolução de 180 milhões de dólares, montante da diferença contra a AMFORP. A reação do imperialismo não tardou. Baseando-se nas nacionalizações da AMFORP e da ITT também no RGS, o Congresso dos EUA aprovou o "FOREIGN AID ACT" em princípios de 1963. Foi esta mesma lei que, posteriormente foi usada como instrumento de pressão contra as nacionalizações efetuadas no Peru no governo Alvarado e no Chile no governo Allende. A lei estabelecia claramente que "Todo país que tivesse expropriado ou nacionalizado qualquer subsidiária de um grupo norte-americano, sem a indenização adequada (se considera adequada toda expropriação efetuada de acordo com a legislação americana) ... terá suspensos os empréstimos, a ajuda e a assistência". Tentando evitar a aplicação do "Foreign Act", o governo federal propôs a expropriação com indenização de todas as subsidiárias da AMFORP no Brasil. Segundo P. Schilling "uma ampla e violenta campanha popular nacionalista, dirigida por Brizola, impediu a realização da escandalosa operação e determinou a queda dos ministros envolvidos nela".

DEPOIS DO GOLPE

Por paradoxal que possa parecer, a influência do setor público (estadual e federal) cresceu de forma vertiginosa depois do Golpe de Estado de 1964. Essa influência também se fez sentir de forma crescente na distribuição da energia elétrica. O crescimento do setor público na capacidade instalada de produção depois do golpe de 64 se deu de três formas diferentes, das quais apenas uma revela direção tomada pela política econômi-

-ca da ditadura, as outras duas sendo consequências de medidas anteriormente adotadas. A mais importante foi a decisão de realizar maciços investimentos públicos em novas usinas e na ampliação da capacidade de produção das usinas já instaladas. As outras foram a entrada em funcionamento de usinas que tinham começado a ser construídas na época do Plano de Metas e a compra definitiva das instalações da AMFORP no Brasil realizada ainda em '64, logo após o golpe. Essas instalações foram incorporadas a Eletrobras. Segundo Roberto Campos, o preço de compra foi de 135 milhões de dólares contra 154 milhões pedidos pela AMFORP. Num artigo intitulado "O ataque dos primitivos" (Estadão, 21/1/70) o mesmo Roberto Campos diz: "Releva notar que, antes de efetuarmos qualquer pagamento, obtivemos da USAID um empréstimo de 20,4 milhões de dólares (2% de juros e 40 anos de carência) para quase triplicarmos os geradores de Paixoto (do acervo da AMFORP) e subsequentemente outro de 61,6 milhões de dólares do Banco Mundial, para ampliar a geração e distribuição em quatro das empresas servindo aos estados de São Paulo, MG, RJ e Paraná." O imperialismo sabe ser generoso com seus lacaios.

Quando ministro do Planejamento, Campos insurgindo-se contra a idéia que "serviço público não deve dar lucro" e em específico contra a "política de escuridão barata", aumentou imediatamente as tarifas da energia elétrica. Fixou-se a taxa de lucro "legal" de 10% sobre os ativos fixos, depois de efetuada a correção monetária. E mais, foi instituído um empréstimo compulsório, pagável por todos os utilizadores em função do valor de seu consumo até 1983, para financiar as obras de expansão da Eletrobras. O resultado imediato foi um forte encarecimento da energia elétrica. Assim, um estudo publicado pela revista "Brasil em Exame" nº 39 de 1970 diz: "os industriais acham que a energia elétrica brasileira é mais cara que em outros países do mundo (...) as concessionárias de energia elétrica desmentem que o preço de seu produto seja caro. Argumentam que só agora os industriais estão sentindo o peso do verdadeiro custo da energia. E que, só com a remuneração garantida de 10% podem ter estímulos e conseguir recursos para expandir-se e atender a demanda. Mas um grupo de trabalho criado pelo governo em julho de 1967, para estudar o problema, chegou a conclusão de que a energia consumida em S.P. chega a ser 77% mais cara que em Portugal, 65% mais cara que na França, 40% mais cara que na Bélgica e na Holanda, 25% mais cara que na Itália. Dados que vieram reforçar os argumentos dos industriais responsáveis por cerca de 50% de todo o consumo de energia."

Se por um lado, essa política tarifária desagradava a cada capitalista em particular, por outro ela é necessária ao desenvolvimento das forças produtivas e portanto à classe capitalista como um todo. Ela é principalmente necessária aos grandes monopólios que possuem grandes unidades de produção que sofriam diretamente as consequências da escassez de energia anterior. As maiores utilizadoras de energia são as indústrias de alumínio, de ferro-níquel, de zinco, as siderúrgicas, as eletro-químicas, as eletro-metalúrgicas e a indústria automobilística. Essas preferem pagar mais caro a energia, do que ter sua produção parada por cortes de energia ou instalar custosos geradores para suprir deficiências do sistema. Mesmo porque, recuperam os altos preços pagos pela energia nos preços de seus produtos.

Mas o resultado global da política energética da ditadura foi uma grande elevação da capacidade instalada de produção e ao mesmo

tempo, uma elevação da participação do setor público no setor. Só subsiste no setor uma empresa privada, a Light, conhecido monopólio estrangeiro. A participação da Light na produção de energia decresceu muito em termos relativos, mas continua sendo a maior empresa de distribuição de energia elétrica do país, e está entre as grandes empresas de geração. Distribui não só a energia por ela produzida, mas também 31 % da produção da Cesp e uma grande parte da produção de Furnas. Atua nos estados de Rio e S.P. Em 1969, 48 % da energia distribuída pela Light foi consumida pela indústria. Dentro dessa porcentagem, coube à siderurgia e à produção de ferro 26,7 % e à indústria automobilística 15,3 %. A imprensa brasileira fala muito atualmente de uma eventual nacionalização da Light. Assim segundo a revista Visão de 4/11/74: "A medida se daria por encampação negociada e a tendência para concretizá-la parece basear-se em algumas circunstâncias do momento como a atual situação econômica e política do país."

Quanto ao capital estatal no setor, ele se divide em federal e estadual. A nível federal, é a Eletrobras que controla as partes do Estado. Ela funciona como "holding" de dezesseis subsidiárias e participa minoritariamente de outras vinte, em sua maioria de propriedade estadual. É encarregada de distribuir entre elas os recursos financeiros obtidos pelos impostos sobre energia e empréstimo compulsório. A participação das dezesseis subsidiárias da Eletrobras subiu de 6,7 % em 1962 para 34,9 % em 1969 na capacidade instalada de geração. É ela que representara a parte brasileira na empresa bi-nacional criada com o Paraguai para a construção e gestão da usina de Itaipu. Esta será construída sobre o rio Parana a 17 km ao norte da Foz do Iguaçu. Sua potência de produção atingirá 10,7 milhões de kw (a capacidade instalada de produção em todo o Brasil atinge 15 milhões, o que dá uma idéia do porte dessa usina). Para sua construção e gestão será constituída uma empresa bi-nacional com 50 % de participação de cada país. O acordo estipula que os dois países dividirão os investimentos e a energia produzida. Na prática, é o Brasil que adiantara os fundos necessários à parte paraguaia, seja com fundos próprios seja servindo de avalista para empréstimos externos (sabe-se que o Paraguai não tem grande crédito no mercado internacional). O Paraguai pagará vendendo ao Brasil a energia produzida da qual ele não necessita. As condições nas quais foi realizado o acordo com o Paraguai sobre Itaipu, criaram conflitos com a Argentina que parecem no entanto estar em vias de solução. Mas a longa polêmica sobre a questão de Itaipu teve o mérito de mostrar a política expansionista praticada pelo Brasil.

A nível estadual, sobressaem-se a CESP (S.P.), a CEMIG (Minas Gerais) e a CHESF (Nordeste). Além de produzir energia, a CESP distribui parte de sua produção a 12 % da população de S.P., o restante sendo vendido à Light e à Paulista de Força e Luz (do grupo Eletrobras). A CEMIG e a CHESF distribuem diretamente a energia que produzem.

De forma geral, o setor estatal na energia elétrica detém quase 80 % da capacidade de geração, enquanto em 1960 só tinha 33 %. Essa participação aumenta a cada ampliação da capacidade de geração na medida em que só o Estado tem feito investimento nisso. Assim, para o triênio 75-77, prevêem-se no programa de energia elétrica, investimentos da ordem de 3,5 trilhões de cruzeiros. É isso sem falar da construção das usinas nucleares que estudaremos quando tratarmos da Nuclear.

De qualquer forma, os esforços feitos no setor ainda podem ser considerados reduzidos face às necessidades. Como diz a revista Visão de 2/12/74: "Os níveis de consumo de energia no Brasil ainda refletem o nosso nível de desenvolvimento: enquanto nos Estados Unidos o consumo per capita é de 11 mil watts e a média mundial é de 1000 watts, o brasileiro consome apenas 800 watts per capita".

Marta Alves

C I N C O A N O S D E D E B A T E

Em fevereiro de 1970 apareci o primeiro número de DEBATE. Artesanal na forma, exiguo nas dimensões, modesto no conteúdo, vinha se por a serviço da discussão crítica e auto-crítica dos revolucionários marxistas-leninistas ligados à resistência armada à ditadura. Nossos companheiros e leitores conhecem a longa evolução na luta consequente que mantivemos pela reorganização, sobre bases novas, do movimento comunista no Brasil. Cinco anos é pouca coisa do ponto de vista histórico. Mas experimentamos um justo orgulho de termos passado por esta primeira prova de consequência e tenacidade, aprendendo com nossos erros tanto quanto com nossos acertos. Face aos grandes objetivos que perseguimos, o que já conseguimos é muito pouco. Mas as dificuldades que vencemos não foram pequenas, bastando para isso constatar que depois da data da aparição de DEBATE dezenas de outras publicações com pretensões revolucionárias foram lançadas e desapareceram. A proliferação de publicações que não passam do segundo ou terceiro número não favorece o desenvolvimento da luta ideológica. Donde nossa satisfação ao apresentar a nossos companheiros e leitores o sumário de cinco anos e dezessete números de D E B A T E.

N. 1

CARLOS MOURA: ATORTURA A SERVIÇO DO CAPITALISMO
PASSAGENS DO PROGRAMA DA VAR-PALMARES
MARTA ALVES: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O DOCUMENTO "OPARTIDO E A VANGUARDA"
FERNANDO LUCAS: O LEGADO DE CARLOS MARIGUELLA-1-

N. 2

EDITORIAL: A ESTRATÉGIA AGRÁRIA DA DITADURA
FERNANDO DE ANDRADE: INTRODUÇÃO AS TESES DE DEBRAY
FERNANDO LUCAS: O LEGADO DE CARLOS MARIGUELLA-2-
POC: UNIDADE DE AÇÃO
JOSUÉ COSTA, SATURNINO SILVA, ALICE PAIVA: BALANÇO DA LUTA REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL

N. 3

EDITORIAL: UNIDADE DA ESQUERDA
VAR-PALMARES: AOS COMPANHEIROS DA DI, POC E PRT
FERNANDO DE ANDRADE: NOTAS SOBRE A CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL
JULIA MOURA: O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO-1-
CARLOS MARIGUELLA: A CRISE BRASILEIRA-1-

N. 4

NUMERO ESPECIAL CONSAGRADO À FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO

N. 5

EDITORIAL: LUTA ANTI-IMPERIALISTA E LUTA ANTI-CAPITALISTA
JULIA MOURA: O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO-fim-

FERNANDO DE ANDRADE:CLASSE OPERÁRIA E CAMADAS MÉDIAS
CARLOS MARIGUELLA: A CRISE BRASILEIRA-2--
MARIO ALVES:CRITICA AO PLANO TRIENAL

N.6

EDITORIAL:AS CONTRADIÇÕES NO SEIO DAS CLASSES DOMINANTES
CARLOS MARIGUELLA:A CRISE BRASILEIRA-3 -
NORBERTO NEHRING: O CHE E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA
DIEESE:BALANÇO TRABALHISTA-SINDICAL DO ANO DE 1969
FERNANDO DE ANDRADE:CLASSE OPERÁRIA E CAMADAS MÉDIAS-2--
MR-8 :BALANÇO,FRENTE E PROGRAMAÇÃO

N.7

EDITORIAL:A DITADURA E A HEGEMONIA DA OLIGARQUIA MONOPOLISTA
CARLOS MARIGUELLA: A CRISE BRASILEIRA-fim-
O CIRCULO:O CAMINHO OPERÁRIO NA LUTA CONTRA A DITADURA
TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN:UMA AUTOCRÍTICA NECESSÁRIA
FERNANDO DE ANDRADE:POR UM PROGRAMA MARXISTA DA REVOLUÇÃO
PAULO LEMOS:UMA IMPORTANTE TOMADA DE POSIÇÃO
A.SILVA:IMPRESSÕES DE UMA PRIMEIRA LEITURA

N.8

EDITORIAL: PELO APROFUNDAMENTO DA DISCUSSÃO E DA AUTO-CRÍTICA
DOS REVOLUCIONÁRIOS MARXISTAS DO BRASIL!
DOCUMENTOS E RESOLUÇÕES DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE S.PAULO (1967)
RESPOSTA DO COLETIVO DO CHILE DA TL-ALN A A.SILVA
A.SILVA:A REORGANIZAÇÃO DOS LENINISTAS BRASILEIROS
RESPOSTA DO COLETIVO DO CHILE DA TL-ALN A F.DE ANDRADE
FERNANDO DE ANDRADE:ALGUNS EQUÍVOCOS DA LIBERTAÇÃO NACIONAL
DIOGO TAVARES:AUTO-CRITICA QUE NÃO FOI FEITA '-1--
MIGUEL ARRAES:A SITUAÇÃO ATUAL DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO
PAULO LEMOS:O PCB E O OPORTUNISMO

N.9

EDITORIAL:ATUALIDADE DO LENINISMO
B.MIGUEL:A ASSOCIAÇÃO DOS MARINHEIROS--1--
F.ANDRADE:MARXISMO E EXTREMISMO DE CLASSE MEDIA'-1--
RESPOSTA DO COLETIVO DO CHILE DA TL-ALN A PAULO LEMOS -
DIOGO TAVARES:AUTOCRITICA QUE NÃO FOI FEITA
GRUPO ORIUNDO DA ALA VERMELHA E VPR:UM BALANÇO IDEOLOGICO DA
REVOLUÇÃO BRASILEIRA-1-

N.10

EDITORIAL:AVANÇAR COM O MARXISMO NA LUTA IDEOLOGICA!
B.MIGUEL:A ASSOCIAÇÃO DE MARINHEIROS-2--
G.ZANI:SOBRE"UMA AUTOCRITICA NECESSARIA"E A DISCUSSÃO EM
"DEBATE"
REPLICA DO COLETIVO TL-ALN NO CHILE AO COMP.F.DE ANDRADE
FERNANDO DE ANDRADE:A DIFICULDADE DE SER DIALETICO
HENRIQUE HENRIQUES:O BRASIL ESTA NADANDO(E SE AFOGANDO)EM DIVISAS

N.11

EDITORIAL:POLITICA DE CIRCULOS E ESPIRITO DE PARTIDO
TL-ALN NO CHILE:REPLICA A A.SILVA
A.SILVA:A TENDENCIA LENINISTA NA ALN E O LEMINISMO
FERNANDO DE ANDRADE:MARXISMO E EXTREMISMO DE CLASSE MEDIA(2)
B.MIGUEL:A ASSOCIAÇÃO DE MARINHEIROS(3 e 4)
GRUPO ALA/VPR-1:UM BALANÇO IDEOLOGICO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA-2--
PALMEIRA(CAPIVARA):O MOVIMENTO CAMPONES NA ZONA CANAVIEIRA-P.R.

N.12

PROJETO DE PLATAFORMA POLITICA
UM COLETIVO DA ALN:CONTRIBUIÇÃO A DISCUSSÃO DA A.C.N.
PALMEIRA:O MOVIMENTO CAMPONÉS NA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO-2--
B.MIGUEL:A ASSOCIAÇÃO DE MARINHEIROS-2--

N.13

F. DE ANDRADE: NOSSA PLATAFORMA E ALGUMAS OUTRAS CONCEPÇÕES
DA SOCIEDADE BRASILEIRA
PEDRO ALVES: MARXISMO E RADICALISMO PEQUENO-BURGUES
GRUPO ALA-VPR1: BALANÇO IDEOLOGICO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA-3
CAPIVARA: O MOVIMENTO CAMPONES NA ZONA CANAVIEIRA DE
PERNAMBUCO -fim-
D. MIGUEL: A ASSOCIAÇÃO DE MARINHEIROS -fim-

N.14

EDITORIAL: CHILE-DA UNIDADE POPULAR A RESISTÊNCIA ANTI-FASCISTA
A. SILVA: A AGRICULTURA BRASILEIRA (LEITE)
T. GERHOLM E I. MATTHIS: O SISTEMA COLONIAL BRASILEIRO
F. DE ANDRADE: ESTRUTURA DA INDUSTRIA BRASILEIRA
D.N.P. DA ALA VERMELHA: CARTA POLITICA DE JULHO DE 1973

N.15

EDITORIAL:SUCESSÃO,DEZ ANOS DE DITADURA E A LUTA PELA DEMOCRACIA
JOANA ALMEIDA:NOTAS SÔBRE O SETOR ESTRANGEIRO EM NOSSA ECONOMIA
A.SILVA:SETOR AGRARIO-11-A CRISE DA CARNE
MARTA ALVES:O SETOR DE ESTADO A SERVIÇO DOS MONOPOLIOS-1-
PETROLEO
FERNANDO DE ANDRADE:A TEORIA DO CAPITALISMO MONOPOLISTA DE
ESTADO E A ECONOMIA BRASILEIRA
ALICE PAIVA E PEDRO ALVES:A REVOLUÇÃO NACIONAL-DEMOCRATICA
SEGUNDO O V E O VI CONGRESSO DO PCB

N.16

JOANA ALMEIDA:O SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL-ALGUNS PROBLEMAS
MARTA ALVES:O SETOR DE ESTADO A SERVIÇO DOS MONOPOLIOS-11-SIDERURGIA
A.SILVA:SETOR AGRARIO-3-NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO DO TRIGO E SOJA
F.GOMES:RUMO A AUTOCRITICA
GRUPO ALA/VPR1:UM BALANÇO IDEOLOGICO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA-fim-

I N D I C E D E S T E N U M E R O

EDITORIAL:AS ELEIÇÕES E A LUTA CONTRA A DITADURA	-----	p. 3
JOANA ALMEIDA, MARTA ALVES, MARIA RIBEIRO: CONTRIBUIÇÃO A UMA ANÁLISE MARXISTA DA QUESTÃO FEMININA	-----	p. 15
F.GOMES : RUMO A AUTOCRITICA II	-----	p. 26
MARTA ALVES : O SETOR DE ESTADO A SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS-III- ENERGIA ELETRICA	-----	p. 37
CINCO ANOS DE DEBATE	-----	p. 41

DISCUTA E PASSE ADIANTE D E B A T E.

ENVIE-NOS SUAS CRITICAS

Correspondência, Assinaturas (20 FF ou US\$ 5) e
Numeros Atrazados :

M. DESCOMBEY

LA BROSSÉ

91640 BRIIS SOUS FORGE

FRANCE

D E B A T E está à venda:

FRANÇA : 1) Librairie Portugaise
33, rue Gay-Lussac/ 75005 Paris

2) Librairie La Joie de Lire

19/40, rue Saint Séverin / 75005 Paris

PORTUGAL : 1) Livraria Opinião

Rua Nova da Trindade, 24/ Lisboa

2) Livraria Leitura

Rua de Ceuta, 88 / Porto

SUECIA : 1) Bokafé

Drottningatan / Stockholm e Lund

2) Oktuber

Bokhandel / Stockholm